



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

IGOR GABRIEL DE ALMEIDA BARBOSA

DOS ATOS ILOCUCIONÁRIOS DE PRIMEIRO NÍVEL ÀS
ILOCUÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR

João Pessoa

2022

IGOR GABRIEL DE ALMEIDA BARBOSA

**DOS ATOS ILOCUCIONÁRIOS DE PRIMEIRO NÍVEL ÀS
ILOCUÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Filosofia da
Universidade Federal da Paraíba como parte dos
requisitos necessários para obtenção do título de
Licenciado em Filosofia.**

**Orientadora: Profa. Dra. Candida Jaci de Sousa
Melo.**

João Pessoa

2022

IGOR GABRIEL DE ALMEIDA BARBOSA

**DOS ATOS ILOCUCIONÁRIOS DE PRIMEIRO NÍVEL ÀS ILOCUÇÕES DE
NÍVEL SUPERIOR**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Filosofia da
Universidade Federal da Paraíba como parte dos
requisitos necessários para obtenção do título de
Licenciado em Filosofia.**

**Orientadora: Profa. Dra. Candida Jaci de Sousa
Melo.**

Aprovada em: ___/___/_____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Candida Jaci de Sousa Melo (Orientadora — UFPB)

Prof. Dr. Anderson D’Arc Ferreira (Examinador — UFPB)

Prof. Dr. Arthur Viana Lopes (Examinador — UFPB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, aos meus queridos pais Idelvan e Saleilza, à minha amada Erika Estrela, aos meus excelentíssimos professores do curso de Filosofia e, por fim, aos meus queridos amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para enfrentar e superar todos os obstáculos e dificuldades da vida.

Agradeço com enorme estima, respeito e admiração aos meus pais – Idelvan L. Barbosa e Saleilza R. A. Barbosa – por terem confiado em minha escolha de curso e por terem me apoiado em cada passo de minha vida acadêmica. O apoio emocional e financeiro vindo deles permitiu-me permanecer em uma cidade desconhecida e bem diferente da minha cidade natal, Sousa-PB, além de possibilitar o acesso a livros e obras essenciais para o meu aprimoramento intelectual e acadêmico. Sem a ajuda, a confiança, apoio e o conforto dos meus pais teria sido impossível realizar o curso de Filosofia, o meu maior sonho. Minha família sempre será meu porto seguro.

Agradeço especialmente a minha namorada, Erika Estrela, por sempre estar ao meu lado me apoiando e reconfortando durante todo o meu trajeto acadêmico e pessoal. Os seus conselhos e instruções me ajudaram a evoluir tanto emocionalmente quanto academicamente. Meus mais sinceros agradecimentos à pessoa que me incentiva e motiva a cada dia de minha vida. Os momentos de dificuldades e reviravoltas só servem para fortalecer nosso amor.

Agradeço imensamente à minha orientadora Profa. Dra. Candida Jaci pelas oportunidades de crescimento acadêmico e intelectual. Sob sua orientação, eu participei de dois projetos de iniciação científica (PIBIC), como bolsista, e pude participar de seu grupo de pesquisa CNPq – FALAME (Filosofia Analítica da Linguagem, Ação e Mente) – e de vários eventos acadêmicos enquanto membro da organização e/ou apresentando trabalhos produzidos em conjunto com a Profa. Candida. Além disso, fui desafiado a estudar inglês e a auxiliar nas várias revisões de suas traduções de textos da língua inglesa para o português, por exemplo. Estas oportunidades foram muito importantes para mim, pois me fizeram evoluir bastante tanto na pesquisa sobre a teoria e a lógica dos atos de discurso quanto no meu conhecimento e capacidade de leitura da língua inglesa. As reuniões de trabalho de pesquisa, as aulas expositivas, as discussões e as conversas foram tão ricas em esclarecimentos e informações que despertaram ainda mais meu interesse pela filosofia e por essa área e linha de pesquisa, em particular.

Agradeço aos meus queridos colegas e amigos que o curso de Filosofia possibilitou conhecer: Fidel Jaffer, Lucian Pontes, Zenaide Irber, Severino dos Santos, Jeferson

Emanoel, Vitor Campos e Rafaella Silveira. Ao lado deles participei e experenciei inúmeras aulas, trabalhos em equipe, apresentações, estudos informais e extracurriculares, além de incontáveis conversas agradáveis e animadas, esses momentos ficaram marcados na minha memória e no meu coração.

Agradeço imensamente aos meus tios – Pedro Joaquim e Salenilza Rodrigues – por terem me acolhido em sua residência, cedendo um lugar para que fosse possível permanecer em João Pessoa durante minha formação na UFPB. Esse período foi bastante agradável e divertido, rendendo diversas memórias e experiências que jamais irei esquecer. A eles minha mais sincera gratidão.

Agradeço ao excelentíssimo corpo docente do departamento de filosofia da UFPB, em especial, à Profa. Dra. Ana Thereza pelas maravilhosas aulas, pelos inúmeros convites para participar como membro organizador de eventos e voluntário no projeto de extensão *Per annum*, exalto também a sua personalidade e carisma que anima e desperta o interesse pelos mais diversos temas e assuntos contagiando todas as pessoas que estão ao seu redor. Por fim, agradeço ao Prof. Dr. Sérgio Persch por ter permitido a minha participação nos encontros e reuniões no grupo GEELLA, despertando o meu interesse pela língua alemã e pela filosofia de Espinosa.

The limits of my language mean the limits of my world.

Ludwig Wittgenstein, 1961.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema de pesquisa a teoria dos atos de discurso e se concentrará sobre os atos ilocucionários de primeiro nível e as ilocuções de nível superior, isto é, as conversações. Nessa temática algumas observações e problemas surgem como, por exemplo, a teoria dos atos de discurso tendo se consagrado, sobretudo, ao estudo e investigação dos atos ilocucionários de primeiro nível, entretanto, ela negligenciou a análise da estrutura dos discursos inteiros que os protagonistas conduzem durante a conversação. Searle expressou um certo ceticismo sobre a possibilidade de elaborar uma teoria do discurso tão rigorosa quanto a dos atos ilocucionários de primeiro nível. O presente trabalho visa investigar a estrutura e teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível, as razões que constituem a posição cética de Searle e a posição contrária de Vanderveken e os princípios da sua teoria formal do discurso. O objetivo geral deste trabalho será elucidar e comparar as teorias que tratam de tais objetos. Os nossos objetivos específicos são: a) apresentar a teoria e a lógica dos atos ilocucionários de primeiro nível, com ênfase, na estrutura e fundamentos desenvolvidos por Searle e Vanderveken, na obra *Foundations of Illocutionary Logic*; b) examinar e expor os argumentos e apontamentos que constituem o ceticismo de Searle no que se refere à possibilidade de elaborar uma teoria formal geral do discurso; e, finalmente, c) expor e analisar a teoria formal do discurso desenvolvida por Vanderveken e a maneira como ele supera o ceticismo de Searle. Para uma compreensão melhor das teorias e pensamentos que envolvem as teorias que tratam dos atos ilocucionários de primeiro nível e as ilocuções de nível superior, nosso roteiro de análise foi dividido em três capítulos. No capítulo I, trataremos dos atos de discurso de primeiro nível, ou seja, os atos ilocucionários e de suas principais características. Em seguida, no capítulo II, será elucidado o ceticismo de John Searle, seguindo o pensamento do segundo Wittgenstein, acerca da possibilidade de elaborar uma teoria que tratasse das ilocuções de nível superior (as conversações) tão rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários. Por fim, no capítulo III, apresentamos a superação do desafio, proposto por Searle, pelo lógico Daniel Vanderveken e, conseqüentemente, mostraremos como Vanderveken concebeu uma teoria formal geral dos discursos, apresentando os princípios fundamentais e uma tipologia dos discursos cujo objetivo é puramente linguístico.

Palavras-chave: Searle. Vanderveken. Atos de discurso. Atos ilocucionários. Conversações.

ABSTRACT

The present work has as its research theme the theory of speech acts and will focus on first-level illocutionary acts and the higher-level illocutions, that is, the conversations. In this theme some observations and problems arise such as, for example, the theory of speech acts having been consecrated, especially, to the study and investigation of first-level illocutionary acts, however, she neglected the analysis of the structure of entire discourses that the protagonists conduct during the conversation. Searle expressed a certain skepticism about the possibility of elaborating a theory of discourse as rigorous as that of first-level illocutionary acts. The present work aims to investigate the structure and theory of first-level illocutionary acts, the reasons that constitute Searle's skeptical position and the Vanderveken's contrary position and the principles of his formal theory of discourse. The general objective of this work will be to elucidate and compare the theories that deal with such objects. Our specific objectives are: a) to present the theory and logic of first-level illocutionary acts, with emphasis, on the structure and foundations developed by Searle and Vanderveken, in the work *Foundations of Illocutionary Logic*; b) examine and expose the arguments and notes that constitute Searle's skepticism regarding the possibility of elaborating a general formal theory of discourse; and, finally, c) expose and analyze the formal theory of discourse developed by Vanderveken and the way in which he overcomes Searle's skepticism. For a better understanding of the theories and thoughts that involve the theories that deal with first-level illocutionary acts and higher-level illocutions, our analysis script was divided into three chapters. In chapter I, we will deal with the speech acts of the first-level, that is, the illocutionary acts and of main characteristics. Then, in chapter II, John Searle's skepticism will be elucidated, following the thought of the second Wittgenstein, about the possibility of elaborating a theory that deals with higher-level illocutions (conversations) as rigorous as the theory of illocutionary acts. Finally, in the chapter III, we will present the overcoming of the challenge, proposed by Searle, by the logician Daniel Vanderveken and, consequently, we will show how Vanderveken conceived a general formal theory of discourses, presenting the fundamental principles of a typology of discourses whose purpose is purely linguistic.

Keywords: Searle. Vanderveken. Speech acts. Illocutionary acts. Conversations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. SOBRE OS ATOS ILOCUCIONÁRIOS DE PRIMEIRO NÍVEL	13
1.1 Algumas definições de tipos de atos de discurso dadas por Austin	14
1.2 Os tipos de atos de discurso apresentados por Searle e Vanderveken	16
1.3 Os sete componentes da força ilocucionária	20
1.4 As direções de ajuste e os objetivos ilocucionários	26
2. O CÉTICISMO DE WITTGENSTEIN E DE SEARLE ACERCA DA POSSIBILIDADE DE UMA TEORIA DOS DISCURSOS INTEIROS	32
2.1 Os conceitos de <i>jogos de linguagem</i> e de <i>forma de vida</i> de Wittgenstein	33
2.2 As principais dificuldades apresentadas por Searle	37
3. DAS ILOCUÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR OU DAS CONVERSAÇÕES	44
3.1 As direções de ajuste e os objetivos discursivos	45
3.2 A forma lógica de um tipo de conversação com um objetivo discursivo	50
3.3 A tipologia das conversações providas de objetivos discursivos	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

A principal motivação para o desenvolvimento do presente trabalho é a apresentação, análise e comparação das teorias que abordam os atos ilocucionários de primeiro nível e as ilocuções de nível superior (ou de segundo nível), ou seja, as conversações.

Após o período de muito estudos e pesquisas voltadas aos atos ilocucionários, principalmente com a publicação da obra *Foundations of Illocutionary Logic*¹, John Searle, seguindo o pensamento do segundo Wittgenstein, expressou ceticismo quanto a possibilidade de construir uma teoria dos discursos tão rigorosa quanto a dos atos ilocucionários. Posteriormente, Vanderveken, motivado a superar as dificuldades apontadas por Searle, elabora uma teoria geral dos discursos. A fim de organizar da melhor forma tal trajetória, o trabalho apresentará três capítulos.

O primeiro capítulo compreende os atos ilocucionários² de primeiro nível que são as unidades mínimas da comunicação humana. Tais atos são o tipo mais importante de atos de discurso³, pois sempre que um locutor realiza uma enunciação com significado, em um contexto apropriado, com certas intenções, ele realiza um ou mais atos ilocucionários (SEARLE; VANDERVEKEN, 1985). Alguns exemplos de atos ilocucionários são: perguntas, asserções, congratulações, ordens, promessas, desculpas etc.

O segundo capítulo trata do ceticismo de Searle apresentado no seu artigo *Conversation* (1992), que é inspirado na abordagem do segundo Wittgenstein o da *Philosophical Investigations*, (1958). Esse ceticismo refere-se à possibilidade de construir uma teoria dos discursos inteiros tão rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários, apontando as principais dificuldades para que tal projeto fosse realizado.

O terceiro capítulo apresentará a superação do desafio lançado por Searle pelo filósofo e lógico Daniel Vanderveken. Ao ultrapassar as dificuldades envolvendo a possibilidade da construção de uma teoria dos discursos, Vanderveken (2001, 2007, 2013) formulou os princípios fundamentais para a elaboração de uma teoria geral dos discursos e, conseqüentemente, enriqueceu ainda mais a lógica dos atos ilocucionários. Ademais,

¹ Obra desenvolvida por J. R. Searle e D. Vanderveken. Publicada pela Cambridge University Press, 1985.

² Esse termo foi cunhado por J. L. Austin, em sua obra *How to Do Things with Words* (Oxford: Clarendon Press, 1962). Tal obra foi traduzida para o português por Danilo Marcondes, com o título *Quando dizer é fazer* (Porto Alegre: Artes Médicas, 1990).

³ Sigo aqui a escolha que Daniel Vanderveken e Candida Jaci de Sousa Melo fazem acerca da utilização da expressão “atos de discurso” em vez de “atos de fala” para traduzir em português a expressão speech acts. Nota-se que a expressão “atos de fala” dá a entender que todos os atos são abertos (isto é, quando ele é acessível aos outros (público)), porém há atos cuja realização é silenciosa, ou seja, em solilóquio.

Vanderveken contribuiu para os fundamentos da lógica do discurso, além de realizar uma tipologia dos discursos cujo objetivo é puramente linguístico.

Vale ressaltar que, durante muitos anos, a teoria dos atos de discurso tendeu a estudar somente os atos ilocucionários isolados que são realizados ao utilizarmos enunciados, em contextos individuais de enunciações⁴. Entretanto, tal como Vanderveken (2001) ressalta, os atos de discurso são raramente realizados sozinhos, no uso da linguagem. Reforçando que

[...] Os locutores realizam seus atos ilocucionários dentro de discursos inteiros em que eles estão mais frequentemente em interação verbal com outros locutores que respondem a eles e realizam, por sua vez, seus próprios atos de discurso com a intenção coletiva de conduzir um certo tipo de conversação. [...] (VANDERVEKEN, 2001, p. 243, tradução nossa⁵).

No decorrer do trabalho, em especial o terceiro capítulo, será possível perceber e observar, a partir da teoria da pragmática formal do discurso desenvolvida por Vanderveken, o paralelismo que há entre os objetivos ilocucionários e os objetivos conversacionais; as direções de ajuste dos atos ilocucionários e as direções de ajuste das conversações (as intervenções discursivas); os componentes das forças ilocucionárias e os componentes dos tipos de discurso etc. Um dos principais motivos para tal paralelismo se dá por conta do método empregado por Vanderveken, a decomposição, o mesmo utilizado no desenvolvimento da lógica ilocucionária. Dessa vez, ele utilizou-o a fim de analisar a forma lógica dos tipos de discurso.

⁴ Uma enunciação é uma locução realizada por um agente em um determinado contexto.

⁵ No original: “[...] *Speakers perform their illocutionary acts within entire discourses where they are most often in verbal interaction with other speakers who reply to them and perform in turn their own speech acts with the collective intention of conducting a certain type of conversation.* [...]”

CAPÍTULO 1

SOBRE OS ATOS ILOCUCIONÁRIOS DE PRIMEIRO NÍVEL

Em uma das obras de maior relevância sobre a lógica e teoria dos atos ilocucionários, *Foundations of Illocutionary Logic*, escrita em 1985 por Searle e Vanderveken, os autores defendem que as unidades mínimas da comunicação humana são os atos de discurso de um tipo denominado *atos ilocucionários*, que são o tipo mais importante de atos de discurso. Recentemente, Vanderveken e Melo (2019, p. 12) esclareceram que, segundo a teoria dos atos de discurso, “as primeiras unidades de significação e de comunicação, no uso e na compreensão da linguagem, são atos ilocucionários providos de condições de felicidade”. Alguns exemplos paradigmáticos de atos ilocucionários são asserções, perguntas, promessas, ordens, comandos, congratulações e desculpas que fazemos no exercício do pensamento e no uso da linguagem. Por conseguinte, sempre que “um locutor enuncia uma sentença, em um contexto apropriado, com certas intenções, ele realiza um ou mais atos ilocucionários.” (SEARLE; VANDERVEKEN, 2021, p. 255).⁶

A lógica ilocucionária é a teoria lógica dos atos ilocucionários. Logo, seu objetivo principal é a formalização das propriedades lógicas das forças ilocucionárias. Observa-se que, em geral, um ato ilocucionário consiste de uma força ilocucionária *F* e de um conteúdo proposicional *P*. Por exemplo, os dois enunciados: 1) “Você sairá da sala.” e 2) “Saia da Sala!” têm ambos o mesmo conteúdo proposicional (isto é, que você sairá da sala), porém, quando analisado logicamente, o primeiro enunciado tem a força ilocucionária de uma previsão enquanto o segundo tem a força ilocucionária de uma ordem. Eles têm, portanto, o mesmo conteúdo proposicional, mas forças ilocucionárias diferentes. Ademais, a tarefa da lógica ilocucionária, de acordo com Searle e Vanderveken, é:

[...] Estudar a gama inteira das forças ilocucionárias possíveis independentemente de como elas são realizadas em línguas naturais particulares. Em princípio, ela estuda todas as forças ilocucionárias possíveis de enunciações em qualquer língua possível, e não fr5meramente a realização dessas possibilidades nos atos de discurso atuais, nas línguas atuais. [...] (SEARLE; VANDERVEKEN, 2021, p. 256).

⁶ No ano de 2021 foi publicada na Revista Reflexões a tradução do *Chapter I – Introduction to the theory of speech acts* do livro *Foundations of Illocutionary Logic* para o português pela Profa. Dra. Candida Jaci de Sousa Melo, essa tradução tem o título *Introdução à teoria dos atos de discurso*.

Vejam, no presente capítulo, quais as definições de certos tipos de atos de discurso apresentadas por Austin, Searle e Vanderveken e, conseqüentemente, a relação de tais atos com os atos ilocucionários. Além disso, elucidaremos os componentes das forças ilocucionárias, as direções de ajuste das enunciações e os tipos de objetivos ilocucionários. Para melhor analisarmos isso tomaremos a seguinte divisão neste capítulo: na seção 1.1, trataremos de algumas definições de tipos de atos de discurso concebidas por Austin, isto é, os atos locucionários, os atos ilocucionários e os atos perlocucionários; na seção 1.2, abordaremos os tipos de atos de discurso que foram expostos por Searle e Vanderveken, que além de realizarem uma investigação mais profunda e rígida que a de Austin acerca dos atos mencionados anteriormente, também apresentam outros tipos de atos de discurso tais como atos de enunciação, atos proposicionais, atos de discurso indiretos, atos perlocucionários e conversações; na seção 1.3, iremos apresentar os sete componentes de uma força ilocucionária que foram evidenciados no decorrer da investigação realizada por Searle e Vanderveken; e, por fim, na seção 1.4, discorreremos sobre as quatro direções de ajuste e a sua relação com os cinco objetivos ilocucionários. Passemos, portanto, a analisar cada um desses tópicos supracitados.

1.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES DE TIPOS DE ATOS DE DISCURSO DADAS POR AUSTIN

Na obra *How to Do Things with Words*⁷, 1962⁸, especificamente o capítulo *Lecture VIII*, Austin, ao ter iniciado uma investigação para encontrar uma lista de verbos performativos explícitos, da língua inglesa, observou que nem sempre seria fácil distinguir os proferimentos constativos dos proferimentos performativos. Por conseguinte, ele decide recuar às questões fundamentais que, segundo ele, são:

[...] Considerar desde a base em quantos sentidos se pode entender que dizer algo é fazer algo, ou que *ao* dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo os casos em que *por* dizer algo fazemos algo. E começamos distinguindo todo um grupo de sentidos de ‘fazer algo’ que dizer algo é, em sentido normal e completo, fazer algo. [...] (AUSTIN, 1990, p. 85).

⁷ Nesse livro, Austin observou que todos os enunciados ou sentenças possuem um aspecto executivo (isto é, pragmático) e que, conseqüentemente, dizer é de certa maneira sempre fazer ou, simplesmente, *todo dizer é um fazer*. Isto abriu o caminho para uma nova perspectiva acerca do fenômeno linguístico em termos de “ação”, posteriormente, esta linha de investigação filosófica ficará conhecida como Filosofia da Ação.

⁸ Essa obra foi traduzida para o português por Danilo Marcondes de Souza Filho. Ver o livro *Quando dizer é fazer*, publicado pela editora Artes Médicas, 1990.

Logo, de acordo com ele, esse *fazer algo* inclui “o proferir certos ruídos, certas palavras em determinada construção, e com um certo ‘significado’ no sentido filosófico favorito da palavra, isto é, com um sentido e uma referência determinados”. (Ibid., p. 85).

O ato de *dizer algo*, na acepção normal e completa apresentada por Austin, é a realização de um ato *locucionário*. Este é o primeiro tipo de ato de linguagem que Austin define como sendo extremamente importante para a definição de um ato *ilocucionário*. De acordo com o autor, realizar um ato locucionário é, em geral, “*eo ipso*, realizar um ato ilocucionário.”⁹ (Ibid., p. 88). A fim de determinar que este ato ilocucionário é realizado de tal forma, Austin esclarece que temos que determinar de que maneira estamos usando a locução, isto é:

Perguntando ou respondendo a uma pergunta; dando alguma informação, ou garantia ou advertência; anunciando um veredito ou uma intenção; pronunciando uma sentença; marcando um compromisso, fazendo um apelo ou uma crítica; fazendo uma identificação ou descrição e muitos outros casos semelhantes. [...] (Ibid., p. 88).

Entretanto, Austin ressalta que não está de maneira alguma sugerindo que a classe dos atos ilocucionários seja nitidamente definida. Ele observa que

[...] Não há nada de misterioso aqui a respeito do nosso *eo ipso*. O problema reside realmente no número de diferentes sentidos de uma expressão tão vaga quanto ‘a maneira pela qual estamos usando...’ Isto pode referir-se até ao ato locucionário, ou mesmo aos atos perlocucionários [...] (Ibid., p. 88).

Observa-se que o termo ato *perlocucionário* ou *perlocução* é definido por Austin da seguinte maneira: “dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou conseqüências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas.” (Ibid., p. 89). Logo, isso pode ser realizado com o objetivo, intenção, propósito ou finalidade de produzir determinados efeitos. Neste caso, pode-se expressar que o locutor realizou um ato que pode ser descrito fazendo-se, de acordo com Austin, referência de duas maneiras: 1) meramente oblíqua; ou, 2) sem fazer referência alguma à realização do ato locucionário ou ilocucionário. A fim de elucidar como os atos de discurso se relacionam, Austin apresenta o seguinte exemplo:

⁹ Embora J. R. Searle adote a expressão de “ato ilocucionário” concebida por Austin, ele discorda da distinção entre atos *locucionários* e atos *ilocucionários* realizada por este. Ver SEARLE, J. R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*, 1969, p. 23.

[...] Ato (A) ou Locução: Ele me disse ‘Atire nela!’ querendo dizer com ‘atire’ atirar e referindo-se a ela por ‘nela’; Ato (B) ou Ilocução: Ele me instigou (ou aconselhou, ordenou etc.) a atirar nela; Ato (C.a) ou Perlocução: Ele me persuadiu a atirar nela; Ato (C.b): Ele me obrigou a (forçou-me a etc.) atirar nela. [...] (Ibid., p. 90)

1.2 OS TIPOS DE ATOS DE DISCURSO APRESENTADOS POR SEARLE E VANDERVEKEN

Embora a teoria dos atos de discurso tenha sido inicialmente desenvolvida por J. L. Austin, ao lado de H. P. Grice¹⁰, muitos pensadores discordaram das distinções dos tipos de atos de discurso apresentadas por Austin como, por exemplo, Searle em seu artigo *Austin on Locutionary and Illocutionary Acts* (1968). Acerca da teoria dos atos de discurso, Habermas observa, em sua obra *Verdade e justificação* (2004), que

[...] A teoria dos atos de fala, inspirada em Austin, mostrou como, na forma normal do ato de fala (‘Mp’), a referência ao mundo e às coisas do componente ilocucionário. Ao estabelecer uma relação intersubjetiva entre falante e ouvinte, o ato de fala está ao mesmo tempo numa relação objetiva com o mundo. [...] (HABERMAS, 2004, p. 9).

Além disso, ressalta-se que a reflexão de Austin e Grice sobre os atos de discurso encontra-se em um estágio pré-sistemático, como se fosse uma espécie de indicação para uma linha de pesquisa. Logo, o primeiro autor, o qual se pode falar acerca de uma teoria sistematizada dos atos de discurso, propriamente dita, é Searle.

Levando em consideração o que foi citado acima, é preciso apresentar as definições de certos tipos de atos de discurso, a saber: atos de enunciação, atos proposicionais, atos de discurso indiretos, atos perlocucionários e conversações. Além disso é preciso elucidar as relações que envolvem tais atos de discursos e os atos ilocucionários. Em *Foundations of Illocutionary Logic*, Searle e Vanderveken explicam e distinguem os vários tipos de atos de discursos como os atos de enunciação, atos proposicionais, atos ilocucionários, atos de discurso indiretos, atos perlocucionários e conversações.

¹⁰ A contribuição de Grice para a teoria dos atos de discurso consiste em: 1) trazer para a discussão, na nova visão pragmática da linguagem, a perspectiva da *intenção do locutor*; e, 2) estender a investigação acerca do *fazer linguístico* aos elementos que não se encontram no enunciado isolado, mas somente na situação comunicativa concreta, as chamadas *implicações conversacionais*. Para uma discussão mais aprofundada, ver GRICE, P. Meaning. *Philosophical Review*. vol. 66, n° 3, p. 377-388, 1957.

Antes disso, devemos explicar que, segundo Searle e Vanderveken, os enunciados (ou sentenças), que são utilizados para a realização de atos de discursos elementares, têm a forma $f(p)$, onde f refere-se ao marcador de força ilocucionária e p ao conteúdo proposicional. De acordo com Searle e Vanderveken, os atos ilocucionários elementares tem “a forma lógica $F(P)$, onde F representa a força ilocucionária, e P o conteúdo proposicional.” (SEARLE; VANDERVEKEN, 2021, p. 262). Os autores também observam que essa distinção, envolvendo força ilocucionária e o conteúdo proposicional, é determinada pelo fato de que suas condições de identidade são diferentes, isto é,

[...] O mesmo conteúdo proposicional pode ocorrer com diferentes forças ilocucionárias, e a mesma força pode ocorrer com diferentes conteúdos proposicionais. O caráter do ato ilocucionário inteiro é totalmente determinado pela natureza de sua força ilocucionária e de seu conteúdo proposicional. [...] (Ibid., p. 263).

O ato proposicional ocorre na realização de um ato ilocucionário, quando o locutor realiza o ato subsidiário ou secundário da expressão do conteúdo proposicional. Um ato proposicional é, segundo Searle e Vanderveken, uma “abstração do ato ilocucionário total no sentido de que o locutor não pode simplesmente expressar uma proposição e não fazer nada além disso.” (Ibid., p. 263). A realização desse tipo de ato de discurso sempre ocorre como parte da realização do ato ilocucionário total. Acerca disto, os autores esclarecem que:

Sintaticamente, esse fato é refletido nas línguas naturais pelo fato de que as clausuras ‘que’, a forma característica de isolar o conteúdo proposicional, não podem ficar sós. Elas não fazem sentenças completas. Podemos dizer ‘Prometo que sairei da sala’, mas não podemos dizer simplesmente ‘Que sairei da sala’. (Ibid., p. 263).

Além disso, deve-se atentar que alguns tipos de forças ilocucionárias permitem um conteúdo que não constitui uma proposição inteira, mas apenas uma referência como, por exemplo, na enunciação “Viva o Corinthians!”. Esta enunciação não tem a forma $F(P)$ e sim a forma $F(u)$, onde u refere-se à alguma entidade do universo do discurso. Ressalta-se também que alguns tipos de forças ilocucionárias permitem uma enunciação que consiste de apenas uma força ilocucionária e de nenhum conteúdo proposicional como, por exemplo, “Viva”, “Ai!” etc. Tais enunciações têm apenas a forma F . Com exceção desses poucos casos, Searle e Vanderveken elucidam que “todos os atos ilocucionários têm um conteúdo proposicional e, conseqüentemente (com essas exceções), todas as realizações de atos ilocucionários são realizações de atos proposicionais.” (Ibid., p. 263).

O *ato de enunciação* consiste meramente da enunciação de uma expressão. Assim, os atos ilocucionários são realizados pela enunciação de expressões. O mesmo ato ilocucionário pode ser realizado ao realizar dois atos de enunciação diferentes, por exemplo, quando enunciamos que “Está chovendo”, em português ou “It is raining”, em inglês. Isto também pode ocorrer até na mesma língua, isto é, ao utilizarmos enunciados sinônimos para realizar o mesmo ato ilocucionário, por exemplo, “João ama Maria” ou “Maria é amada por João”. Além disso, Searle e Vanderveken elucidam que:

Um ato de enunciação pode ser realizado sem realizar um ato ilocucionário, por exemplo, quando simplesmente murmuramos palavras sem dizer nada. E, finalmente, o mesmo tipo de ato de enunciação pode ocorrer na realização de diferentes atos ilocucionários. Exemplificando: se Bill diz ‘Estou com fome’ e John diz ‘Estou com fome’, nas duas instâncias (*token*) de enunciação o mesmo tipo de ato de enunciação é realizado, porém dois atos ilocucionários diferentes são realizados, uma vez que a referência e, consequentemente, a proposição são diferentes nos dois casos. (Ibid., p. 263-264).

Os locutores constantemente realizam um ato ilocucionário implicitamente ao realizar outro ato ilocucionário explicitamente. Segundo Searle e Vanderveken (2021), o ato realizado de forma explícita é utilizado para realizar outro ato de discurso e o locutor confia no conhecimento prévio do pano de fundo conversacional (*background*) e nas capacidades mentais que ele compartilha com o interlocutor a fim de atingir a compreensão. Para ilustrar isto, os autores exemplificam que:

[...] Se alguém na rua diz-lhe ‘Você sabe o caminho para o Hotel Palace?’ seria inapropriado, na maioria dos contextos, responder simplesmente ‘sim’ ou ‘não’, pois o locutor está fazendo mais do que apenas *fazer uma pergunta* sobre o seu conhecimento: ele está *pedindo* que você lhe diga o caminho para o hotel. [...] (Ibid., p. 264).

Logo, nesse caso, observamos que dois atos de discurso estão envolvidos: o ato de discurso primário não literal (isto é, “Diga-me o caminho para o Hotel Palace!”) é realizado de forma indireta por meio da realização de um ato de discurso secundário literal (isto é, “Você conhece o caminho para o Hotel Palace?”). Este ato implícito é denominado *ato de discurso indireto*. O locutor, de acordo com Searle e Vanderveken (2021), pode expressar de forma indireta uma força ilocucionária ou um conteúdo proposicional diferente do que é diretamente expresso. Consequentemente, em um ato de enunciação, o locutor pode realizar um ou mais atos ilocucionários não literais indiretos.

Reconhece-se que os atos de discurso indiretos são bastante difundidos na vida real, por conseguinte, os atos ilocucionários raramente ocorrem sozinhos, eles ocorrem como partes de conversações ou trechos maiores de um determinado discurso. Acerca disto, Searle e Vanderveken argumentam que:

[...] Linguistas tradicionais tendem a construir a competência linguística de um locutor como uma questão de sua capacidade para produzir e compreender sentenças, e a teoria dos atos de discurso tradicional tende a construir cada ato ilocucionário como uma unidade isolada. Entretanto, não teremos uma abordagem adequada da competência linguística ou dos atos de discurso até que possamos descrever a capacidade do locutor para produzir e compreender enunciações (isto é, para realizar e compreender atos ilocucionários) em *sequências ordenadas de atos de discurso* que constituem argumentos, discussões, compras e vendas, troca de cartas, contação de piadas etc. [...] (Ibid., p. 265).

Os autores, por conveniência terminológica, denominam tais sequências ordenadas como *conversações*. De acordo com eles, a chave para compreender a estrutura das conversações é “perceber que cada ato ilocucionário cria a possibilidade de um conjunto finito e geralmente bastante limitado de atos ilocucionários apropriados como réplicas.” (Ibid., p. 265). Além disso, observa-se que algumas vezes a réplica apropriada do ato ilocucionário é fortemente restringida pelo ato que lhe antecede, tal como ocorre em sequências constituídas por perguntas e respostas e, às vezes, tal restrição é mais aberta, como no caso das conversações casuais, onde os tópicos mudam de um para outro.

Quando um ato ilocucionário é realizado com sucesso e sem defeito, sempre decorrerá um efeito produzido no interlocutor, ou seja, o efeito da compreensão da enunciação. Entretanto, além desse efeito ilocucionário, segundo Searle e Vanderveken (2021), as enunciações normalmente produzem e são, frequentemente, destinadas a produzir outros efeitos sobre as atitudes, os sentimentos e o comportamento posterior dos interlocutores. Esses efeitos são denominados *efeitos perlocucionários* e no tocante aos atos de produzi-los são chamados *atos perlocucionários*. Por exemplo, quando um locutor faz uma asserção (ato ilocucionário), ele pode convencer ou persuadir (ato perlocucionário) sua audiência. De acordo com Searle e Vanderveken (2021), os efeitos perlocucionários podem ser atingidos intencionalmente quando, por exemplo, alguém consegue levar um interlocutor a fazer algo lhe pedindo para fazê-lo ou não intencionalmente quando alguém irrita ou exaspera sua audiência sem a intenção de fazê-lo. Por conseguinte, diferentemente dos atos ilocucionários, os atos perlocucionários não são essencialmente linguísticos, isto é, é possível atingir efeitos perlocucionários sem sequer realizar algum ato de discurso. Acerca disto, os autores elucidam que:

[...] Visto que os atos ilocucionários têm a ver com a compreensão, eles são convencionalizáveis. Em geral, é possível ter uma convenção linguística que determina que uma tal e tal enunciação conta como a realização de um ato ilocucionário. Porém, uma vez que os atos perlocucionários têm a ver com efeitos subsequentes, isso não é possível para eles. Não poderia haver qualquer convenção para o efeito de que uma tal e tal enunciação contasse como convencendo, persuadindo, irritando, exasperando ou divertindo você. E isso é a razão pela qual nenhum desses verbos perlocucionários tem um uso performativo. [...] (Ibid., p. 266).

As sentenças *performativas* consistem de um verbo performativo utilizado na primeira pessoa do tempo presente do modo indicativo com uma cláusula complementar adequada. Quando um locutor enuncia uma sentença performativa, ele realiza o ato ilocucionário com a força ilocucionária nomeada pelo verbo performativo, representando-se como realizando esse ato. Alguns exemplos de enunciados performativos são: “*Prometo* que virei amanhã”, “*Admito* que cometi o crime” etc.

1.3 OS SETE COMPONENTES DE UMA FORÇA ILOCUCIONÁRIA¹¹

O estudo da lógica ilocucionária é o estudo das forças ilocucionárias das enunciações. Observa-se que há sete componentes de força ilocucionária inter-relacionados. Uma forma de compreender a noção de um ato ilocucionário é em termos da noção das condições de sua realização bem-sucedida e sem defeito. No tocante a isso, Searle e Vanderveken, expressam que:

Os atos ilocucionários, como todos os atos humanos podem ser bem-sucedidos ou fracassar. [...] Assim como qualquer fala adequada sobre proposições envolve o par de conceitos verdade e falsidade, qualquer fala adequada sobre atos de discurso (e de atos, em geral) envolve o par de conceitos sucesso e fracasso. E, mesmo quando eles são bem-sucedidos, os atos ilocucionários estão sujeitos a várias falhas e defeitos, tais como a insinceridade ou o fracasso das pressuposições. [...] (SEARLE; VANDERVEKEN, 2021, p. 266-267).

¹¹ Vale ressaltar que, posteriormente, Daniel Vanderveken (1990) reduziu os componentes de força ilocucionária para seis, a saber: o objetivo ilocucionário, o modo de atingir, condições sobre o conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade e grau de força. O autor ainda observa que “a análise anterior das forças ilocucionárias está *completa*, no sentido de que não há outros componentes independentes da força ilocucionária...” (VANDERVEKEN, 1990, p. 121) [No original: “*the preceding analysis of illocutionary forces is complete, in the sense that there are no other independent components of illocutionary force...*”]. Entretanto, seguirei de perto, no presente trabalho, a análise apresentada na obra *Foundations of Illocutionary Logic*.

Consequentemente, são três as possibilidades de realização dos atos ilocucionários: um ato de discurso pode ser fracassado; ele pode ser bem-sucedido, mas defeituoso; e, ele pode ser bem-sucedido e sem defeito. Em um caso ideal, um ato de discurso é bem-sucedido e também sem defeito, e, para cada força ilocucionária, os componentes de tal força servem para determinar sob quais condições esse tipo de ato de discurso é *bem-sucedido* e *sem defeito*, pelo menos enquanto sua força ilocucionária é concernida. Na obra *Foundations of Illocutionary Logic* (1985), Searle e Vanderveken expõem os sete componentes que constituem a força ilocucionária com o objetivo de elucidar como eles determinam as condições de realização bem-sucedida e sem defeito das ilocuições. A seguir, iremos discorrer sobre tais componentes e suas definições, além de elucidar as maneiras pelas quais eles estão inter-relacionados.

1.3.1 O objetivo ilocucionário

Cada tipo de ilocução tem um objetivo ou propósito que lhe é interno para ser um ato desse tipo. Por exemplo, o objetivo das promessas é engajar o locutor a fazer alguma coisa. Por conseguinte, ao dizer que o objetivo ilocucionário é interno ao tipo de ato ilocucionário, Searle e Vanderveken elucidam que isto simplesmente quer dizer que “uma realização bem-sucedida de um ato desse tipo necessariamente atinge esse propósito e o atinge em virtude de ser um ato desse tipo.” (SEARLE; VANDERVEKEN, 1985). Logo, para um ato ilocucionário ser bem-sucedido, seu objetivo ou propósito deve ser atingido, no contexto de enunciação. De maneira geral, o objetivo ilocucionário de um tipo de ato ilocucionário é esse propósito que lhe é essencial para ser um ato desse tipo. Portanto, temos como consequência direta que, se o ato é bem-sucedido, o objetivo é atingido. Observa-se também que o objetivo ilocucionário é apenas um componente de força ilocucionária, porém ele é o componente mais importante¹². Acerca do objetivo ilocucionário, Searle e Vanderveken expressam que

[...] Ele não ser o único componente é mostrado pelo fato de que forças ilocucionárias diferentes podem ter o mesmo objetivo ilocucionário, como nos pares asserção/testemunho, ordem/pedido e promessa/voto. Em cada par, ambas as forças ilocucionárias têm o mesmo objetivo, mas diferem em outros aspectos. Os outros elementos de força ilocucionária são especificações adicionais e

¹² Daniel Vanderveken argumenta que “o objetivo ilocucionário é inquestionavelmente o componente *mais importante* da força ilocucionária. De fato, ele determina a *condição principal ou essencial de sucesso* de cada enunciação.” (VANDERVEKEN, 1990, p. 109) [No original: “*illocutionary point is unquestionably the most important component of illocutionary force. Indeed, it determines the principal or essential condition of success of each utterance.*”]. Entretanto, o objetivo ilocucionário não é o único componente da força ilocucionária, pois existem muitas forças diferentes com o mesmo objetivo ilocucionário.

modificações do objetivo ilocucionário ou são consequências do objetivo ilocucionário, mas o componente básico da força ilocucionária é o objetivo ilocucionário. (SEARLE; VANDERVEKEN, 2021, p. 268).

Destaca-se ainda que na realização de um ato de discurso elementar da forma $F(P)$, o objetivo ilocucionário difere do conteúdo proposicional, porque ele é atingido apenas como parte de um ato de discurso total em que o conteúdo proposicional é expresso com o objetivo ilocucionário. Neste caso, segundo Searle e Vanderveken (2021), o objetivo ilocucionário é atingido sobre o conteúdo proposicional. Vale frisar que um locutor pode estar engajado com um objetivo ilocucionário que ele não consegue atingir de forma explícita.

1.3.2 O grau de força do objetivo ilocucionário

Diferentes atos ilocucionários podem atingir o mesmo objetivo ilocucionário, mas com diferentes graus de força. Para exemplificar isto, Searle e Vanderveken (2021, p. 269) argumentam que “se eu *peço* a alguém para fazer alguma coisa, minha tentativa de levá-lo a fazê-la é menos forte do que se eu *insisto* para que ele ou ela faça-a”. Por conseguinte, segundo os dois autores, para cada tipo de força ilocucionária F , cujo objetivo ilocucionário exige que ele seja atingido com um certo grau de força, denomina-se tal grau de força *de grau de força característico* do objetivo ilocucionário F . Acerca disso, os autores explicam ainda que há diferentes fontes de diferentes graus de força, exemplificando que:

[...] Implorar e ordenar são mais fortes do que pedir, porém a força mais forte de implorar deriva da intensidade do desejo expresso, enquanto a força mais forte de ordenar deriva do fato de que o locutor utiliza uma posição de poder ou autoridade que ele tem sobre o interlocutor. (Ibid., p. 269).

1.3.3 O modo de atingir

Nem todos, mas determinados atos ilocucionários requerem um modo especial de realização e, portanto, um conjunto especial de condições, sob as quais seu objetivo ilocucionário deve ser atingido. No que se refere a isto, Searle e Vanderveken exemplificam que:

[...] Um locutor que emite um comando a partir de uma posição de autoridade faz mais do que alguém que faz um pedido. Ambas as enunciações têm o mesmo objetivo ilocucionário, mas o comando atinge esse objetivo ilocucionário ao invocar a posição de autoridade do locutor. Para que a enunciação seja um comando bem-sucedido, o locutor deve não só estar em uma posição de

autoridade, mas também usar ou invocar sua autoridade ao emitir a enunciação. Analogamente, uma pessoa que faz uma afirmação na qualidade de testemunha em um processo na Corte não faz meramente uma afirmação, mas ela faz um *testemunho*; é sua posição como testemunha que faz sua enunciação contar como testemunho. [...] (Ibid., p. 269).

Logo, essas características que distinguem, respectivamente, comandar e testemunhar de pedir e afirmar são denominadas de *modos de atingir* de seus objetivos ilocucionários. Segundo os autores, quando uma força ilocucionária F requer um modo especial de atingir de seu objetivo, tal modo é denominado *modo característico de atingir* o objetivo ilocucionário de F . Além disso, algumas vezes, o modo de atingir e o grau de força são interdependentes.

1.3.4 As condições sobre o conteúdo proposicional

A forma da maioria dos atos ilocucionários é $F(P)$. Na maior parte dos casos, o tipo de força F irá estabelecer certas condições sobre o conteúdo proposicional P . Por exemplo, caso um locutor faça uma promessa, o conteúdo da promessa deve ser que o locutor realizará algum curso de ação futura, no contexto da enunciação. De acordo com Searle e Vanderveken (Ibid., p. 270), não podemos prometer que “outra pessoa fará alguma coisa (embora possamos prometer *tentar convencê-la* a fazer) e não podemos prometer ter feito alguma coisa no passado”. Os autores ainda esclarecem que:

[...] Tais condições sobre o conteúdo proposicional que são impostas pela força ilocucionária chamaremos *condições sobre o conteúdo proposicional*. Obviamente, essas condições têm consequências sintáticas: sentenças tais como ‘Eu ordeno-lhe ter comido feijão na semana passada’ são linguisticamente estranhas. (Ibid., p. 270).

1.3.5 As condições preparatórias

Para a maior parte dos tipos de atos ilocucionários, o ato pode ser bem-sucedido e sem defeito apenas se outras condições são obtidas. No tocante a isto, Searle e Vanderveken ilustram que:

[...] Uma promessa pode ser feita com sucesso e ter atingido seu objetivo ilocucionário, porém ainda assim ser defeituosa se a coisa que o locutor prometeu fazer não era do interesse do interlocutor e este não queria que ele a fizesse. Ao fazer uma promessa, o locutor pressupõe que ele pode realizar o ato prometido e que é do interesse do interlocutor que ele o faça. [...] (Ibid., p. 270).

Por conseguinte, as *condições preparatórias* são as condições que são necessárias para a realização bem-sucedida e sem defeito de um ato ilocucionário. Portanto, na realização de um ato de discurso, o locutor pressupõe a satisfação de todas as condições preparatórias. As condições preparatórias exigem que certos tipos de estados de coisas devem ser obtidos a fim de que tal ato seja bem-sucedido e sem defeito. De acordo com Searle e Vanderveken (Ibid., p. 271), os locutores e interlocutores “internalizam as regras que determinam as condições preparatórias e, conseqüentemente, as regras são refletidas na psicologia dos locutores/interlocutores”. Contudo, segundo eles (Ibid., p. 271), os estados de coisas que são especificados pelas regras não precisam, eles mesmos, serem psicológicos.

Nos casos em que um ato de discurso é realizado com sucesso, embora ele seja defeituoso, quando certas condições preparatórias são insatisfeitas, Searle e Vanderveken (Ibid., p. 271) ressaltam que, mesmo nesses casos, a pressuposição das condições preparatórias é “interna à realização do ato ilocucionário, como é mostrado pelo fato de que é paradoxal realizar o ato e negar que uma das condições preparatórias é satisfeita”.

Observa-se que muitas condições preparatórias são determinadas pelo objetivo ilocucionário. A título de exemplo, todos os atos em que o objetivo é levar o interlocutor a fazer alguma coisa (tais como ordens, comandos entre outros) têm como uma condição preparatória que o interlocutor seja uma pessoa capaz de realizar o ato diretivo. Entretanto, há determinadas condições preparatórias que são peculiares a certas forças ilocucionárias. Por exemplo, uma promessa difere de uma ameaça pelo fato de que o ato prometido deve ser benéfico ao interlocutor. No que concerne a isto, Searle e Vanderveken evidenciam que:

[...] As condições preparatórias e o modo de atingir são conectados pelo fato de que, normalmente, certas condições preparatórias devem ser obtidas para que um ato ilocucionário possa ser realizado com seu modo de atingir característico. Por exemplo, um locutor deve satisfazer a condição preparatória de estar em uma posição de autoridade antes que ele possa emitir uma enunciação sem defeito com o modo de atingir de um comando. (Ibid., p. 271).

1.3.6 As condições de sinceridade

De acordo com Searle e Vanderveken (Ibid., p. 272), “sempre que realizamos um ato ilocucionário com um conteúdo proposicional, expressamos um certo estado psicológico com esse mesmo conteúdo”. Por conseguinte, segundo a lógica ilocucionária, temos a

seguinte implicação do conteúdo proposicional do ato ilocucionário e do estado psicológico expresso:

[...] Quando fazemos uma afirmação, expressamos uma crença; quando fazemos uma promessa, expressamos uma intenção; quando emitimos um comando, expressamos um desejo ou uma vontade. O conteúdo proposicional do ato ilocucionário é, em geral, idêntico ao conteúdo proposicional do estado psicológico expresso. (Ibid., p. 272)

Os autores ressaltam (Ibid., p. 272) que é sempre possível expressar um estado psicológico que não temos, desta maneira é possível distinguir sinceridade de insinceridade, na ocasião da realização dos atos de discurso do tipo ilocucionário. Acerca disto, Searle e Vanderveken esclarecem que:

Um ato de discurso insincero é aquele cujo locutor realiza um ato de discurso e assim exprime um estado psicológico, mesmo se ele não tem esse estado. Dessa forma, uma afirmação insincera (uma mentira) é aquela em que o locutor não acredita no que diz; uma desculpa insincera é aquela em que o locutor não tem a tristeza que ele exprime; uma promessa insincera é aquela em que o locutor não tem, de fato, a intenção de fazer as coisas que promete fazer. [...] (Ibid., p. 272).

Por conseguinte, segundo os autores, um ato de discurso insincero é defeituoso, porém não é necessariamente fracassado. Por exemplo, uma mentira pode ser uma asserção bem-sucedida. Entretanto, Searle e Vanderveken (Ibid., p. 272) observam que “as realizações bem-sucedidas de atos ilocucionários envolvem necessariamente a expressão do estado psicológico especificado pelas condições de sinceridade desse tipo de ato”.

Por fim, os autores (Ibid., p. 272) concluem que a expressão do estado psicológico é interna à realização da ilocução, pois seria paradoxal realizar uma ilocução e negar, simultaneamente, que temos o estado psicológico correspondente. No que se refere a isto, Searle e Vanderveken explicam que:

[...] Incidentalmente, isso explica o paradoxo de Moore de que não podemos consistentemente dizer ‘Está chovendo, mas não acredito que está chovendo’, mesmo se a proposição que está chovendo é consistente com a proposição de que não acredito que está chovendo. A razão para isso é que quando realizamos o ato de discurso, necessariamente expressamos a condição de sinceridade; portanto, unir a realização do ato de discurso com a negação da condição de sinceridade seria expressar e negar a presença de um mesmo estado psicológico. (Ibid., p. 272).

1.3.7 O grau de força das condições de sinceridade

Tal como vimos anteriormente, o mesmo objetivo ilocucionário pode ser atingido com diferentes graus de força, o mesmo ocorre com o estado psicológico, pois este pode ser expresso com diferentes graus de força. Searle e Vanderveken (Ibid., p. 273) ressaltam que, constantemente, mas nem sempre, “o grau de força das condições de sinceridade e o grau de força do objetivo ilocucionário variam diretamente”. Além disso, os autores chamam a atenção ao seguinte caso:

[...] Uma ordem, por exemplo, tem um grau de força maior de seu objetivo ilocucionário do que um pedido, mesmo se ela não precisa ter um grau de força maior de seu estado psicológico expresso. O grau de força maior do objetivo ilocucionário de ordenar deriva do modo de atingir. A pessoa que dá uma ordem deve invocar sua posição de poder ou de autoridade sobre o interlocutor ao emitir a ordem. (Ibid., p. 273).

Por conseguinte, segundo os autores (Ibid., p. 273), nos casos em que a força ilocucionária exige que o estado psicológico seja expresso com um grau de força, tal grau de força é denominado *grau de força característico* da condição de sinceridade.

Por fim, tendo em vista a exposição dos componentes de força ilocucionária realizada acima, Searle e Vanderveken definem a noção de força ilocucionária da seguinte maneira:

[...] Uma força ilocucionária é determinada unicamente quando seu objetivo ilocucionário, suas condições preparatórias, o modo de atingir de seu objetivo ilocucionário, o grau de força de seu objetivo ilocucionário, suas condições sobre o conteúdo proposicional, suas condições de sinceridade e o grau de força de suas condições de sinceridade são especificados. Assim, duas forças ilocucionárias F_1 e F_2 são idênticas quando elas são as mesmas com respeito a esses sete traços. [...] (Ibid., p. 274).

1.4 AS DIREÇÕES DE AJUSTE E OS OBJETIVOS ILOCUCIONÁRIOS¹³

Como foi mencionado anteriormente, segundo os autores da teoria dos atos de discurso, o objetivo ilocucionário¹⁴ é o componente mais importante da força ilocucionária,

¹³ A expressão “direção de ajuste” é devido a J. L. Austin, *Philosophical Papers* (Oxford: Clarendon Press, 1962), porém a ideia está mais próxima a G. E. M. Anscombe, *Intention* (Oxford: Blackwell, 1957).

¹⁴ A formalização das forças ilocucionárias foi desenvolvida por Vanderveken em seu artigo *What is an illocutionary force?* (1985).

porque ele determina a *direção de ajuste* das enunciações com essa força. Acerca do objetivo ilocucionário, Vanderveken expressa em sua obra *Meaning and Speech Acts* que:

Um locutor que realiza um ato ilocucionário pode ter todos os tipos de outras intenções e propósitos perlocucionários. Por exemplo, quando ele faz uma asserção, ele pode querer divertir, convencer ou embaraçar o interlocutor. Porém, ele sempre tem, pelo menos, a intenção de atingir o objetivo ilocucionário sobre o conteúdo proposicional, porque esse objetivo é o propósito que é essencial para o tipo de ato de discurso que ele realiza. (VANDERVEKEN, 1990, p. 104, tradução nossa¹⁵).

Assim, segundo essa abordagem, o objetivo de uma força ilocucionária sempre se relaciona ao conteúdo proposicional do ato de discurso com essa força no mundo da enunciação. Os autores observam que há um número limitado de maneiras pelas quais os conteúdos proposicionais podem ser relacionados ao mundo de enunciação. A direção de ajuste determina como um conteúdo proposicional está relacionado com o mundo de enunciação.

Por conseguinte, de acordo com Searle e Vanderveken (1985, p. 37), há “cinco e somente cinco objetivos ilocucionários” básicos¹⁶ de enunciações, a saber:

1. O *objetivo assertivo* que consiste em representar como atual um estado de coisas, isto é, dizer como as coisas são no mundo. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo assertivo têm a intenção de representar como as coisas são no mundo por meio de enunciados do tipo declarativo. O conteúdo proposicional desses atos ilocucionários representam um ou mais estado(s) de coisas reais do mundo da enunciação¹⁷.
2. O *objetivo compromissivo* consiste em comprometer o locutor com um curso de ação futura, ou seja, comprometer o locutor a fazer alguma coisa. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo compromissivo ou engajante têm a intenção de se comprometer em realizar uma ação futura, no mundo da enunciação.

¹⁵ No original: “[...] A speaker who performs an illocutionary act may have all sorts of other intentions and perlocutionary purposes. For example, when he makes an assertion, he may want to amuse, convince, or embarrass the hearer. But he always has at least the intention to achieve the illocutionary point on the propositional content, because that point is the purpose which is essential to the type of speech act that he performs.”

¹⁶ Esta classificação de objetivos ilocucionários foi primeiro apresentada por J. R. Searle, *A taxonomy of illocutionary acts*, In K. Gunderson (org.), *Language, Mind, and Knowledge*, Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. VII, University of Minnesota Press, 1975.

¹⁷ Segundo a análise dos verbos ilocucionários da língua portuguesa, feita por D. Vanderveken, D. Marcondes de Sousa e C. de Sousa Melo, os verbos “asserter”, “afirmar”, “reivindicar”, “informar”, “admitir”, “argumentar” entre outros são verbos assertivos. Essa análise está disponível no livro de D. Vanderveken *Atos de discurso e atitudes*, no prelo em College Publications.

O conteúdo proposicional desses atos ilocucionários representam uma promessa do locutor em realizar uma ação futura¹⁸.

3. O *objetivo diretivo* consiste em fazer uma tentativa para levar o interlocutor a fazer alguma coisa, isto é, tentar fazer com que outras pessoas façam coisas. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo diretivo têm a intenção de dar diretivas (conselhos, ordens, comandos etc.) ao interlocutor por meio de enunciados do tipo imperativo. O conteúdo proposicional desses atos ilocucionários representam as diretivas do locutor para o interlocutor do contexto da enunciação¹⁹.
4. O *objetivo declaratório* consiste em realizar uma ação que torna atual ou existente o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional da declaração, em virtude da própria declaração. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo declaratório têm a intenção de transformar o mundo, em virtude da realização bem-sucedida do ato de declaração, tornando atual o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional²⁰.
5. O *objetivo expressivo* consiste em expressar as atitudes proposicionais do locutor sobre um estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional do ato. Os locutores que realizam atos ilocucionários com um objetivo expressivo têm a intenção de expressar suas atitudes (estados mentais intencionais) sobre os fatos representados pelo conteúdo proposicional²¹ do ato, no mundo da enunciação, por meio de enunciados do tipo exclamativo²².

No tocante às direções de ajuste, Vanderveken (1990, p. 105) esclarece que “existem quatro e apenas quatro possíveis direções de ajuste de enunciações”. Estas quatro direções

¹⁸ Seguindo a análise exposta na obra *Atos de discurso e atitudes* de D. Vanderveken, os verbos “prometer”, “comprometer”, “engajar”, “pactuar”, “ameaçar” entre outros são verbos compromissivos.

¹⁹ De acordo com a análise apresentada na obra *Atos de discurso e atitudes*, os verbos “solicitar”, “ordenar”, “comandar”, “convidar”, “pedir” entre outros são verbos diretivos.

²⁰ Seguindo a análise exposta por D. Vanderveken, em sua obra *Atos de discurso e atitudes*, os verbos “declarar”, “nomear”, “aprovar”, “renunciar” etc. são verbos declaratórios ou performativos.

²¹ As atitudes proposicionais, de acordo com Searle (1983), são os estados intencionais que possuem conteúdos proposicionais completos como, por exemplo, crenças, desejos, intenções etc. Acerca da Intencionalidade, Searle define-a como “a propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual esses são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo”. (SEARLE, 1995, p. 1). Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver Searle, J. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*, 1983. Seguindo Sousa Melo (2001), além da definição dada por Searle, podemos destacar que Descartes (1973) descreve as crenças, intenções, vontades, arrependimentos, desejos tristezas e alegrias como *paixões da alma*. As atitudes proposicionais, seguindo Russell (1980), são estados mentais – que são realizados quando pensamos, isto é, quando fazemos julgamentos, tentativas, definições, expressamos emoções e sentimentos entre outros – que nós temos, tais atitudes podem ser tanto conscientes quanto inconscientes.

²² De acordo com o livro *Atos de discurso e atitudes* de D. Vanderveken, os verbos “congratular”, “agradecer”, “cumprimentar” entre outros são verbos expressivos.

de ajuste correspondem naturalmente aos cinco objetivos ilocucionários. Por conseguinte, as quatro²³ possíveis direções de ajuste²⁴ são:

- a. *A direção de ajuste das palavras ao mundo*: quando o ato ilocucionário é satisfeito, seu conteúdo proposicional ajusta-se a um estado de coisas existente, em geral, independentemente no mundo. Os atos de discurso com o objetivo assertivo tais como previsões, testemunhos, afirmações, conjecturas e objeções têm a direção de ajuste das palavras ao mundo, por exemplo. O seu objetivo é representar como as coisas são no mundo.
- b. *A direção de ajuste do mundo às palavras*: quando o ato ilocucionário é satisfeito, o mundo é transformado para se ajustar ao conteúdo proposicional. Os atos de discurso com o objetivo compromissivo ou diretivo tais como, promessas, juramentos, recomendações, suplicações e demandas têm a direção de ajuste do mundo às palavras, por exemplo. O seu objetivo é levar o mundo a ser transformado pelo curso de ação futura do locutor (compromissivos) ou do interlocutor (diretivos) a fim de corresponder o conteúdo proposicional ao mundo da enunciação. Os locutores e interlocutores desempenham papéis fundamentais na realização de atos de discurso que, segundo Vanderveken (Ibid., p. 106), a linguagem distingue naturalmente dois objetivos ilocucionários diferentes com a direção de ajuste do mundo às palavras: o objetivo compromissivo, que tem a direção de ajuste baseada no locutor enquanto o objetivo diretivo tem a direção de ajuste baseada no interlocutor. Logo, no caso das enunciações compromissivas, a responsabilidade por atingir o sucesso de ajuste é atribuída ao locutor ao passo que no caso das enunciações diretivas, ela é atribuída ao interlocutor.
- c. *A direção de ajuste dupla*: quando o ato ilocucionário é satisfeito, o mundo é transformado pela ação presente do locutor que ajusta o conteúdo proposicional ao mundo ao tornar atual o fato representado, em virtude da realização da declaração do locutor que se representa o mundo assim transformado. Os atos de discurso com o objetivo ilocucionário declaratório tais como os atos de eleger, designar, endossar e nomear têm a direção de ajuste dupla, por exemplo. O seu objetivo é levar o mundo

²³ Esta classificação das direções de ajuste é apresentada por D. Vanderveken, em sua obra *Meaning and Speech Acts*, Vol.1, Cambridge University Press, 1990.

²⁴ Para uma discussão mais aprofundada, ver Melo, C. J. S, *Possible Directions of Fit between Mind, Language and the World*, em D. Vanderveken & S. Kubo (orgs.), *Essays in Speech Act Theory*, 2001, p. 109-117.

a corresponder o conteúdo proposicional ao dizer que o conteúdo proposicional corresponde ao mundo.

- d. *A direção de ajuste nula ou vazia:* para alguns atos ilocucionários, não existe questão de sucesso ou fracasso de ajuste de seu conteúdo proposicional, em geral, pressuposto como verdadeiro. Os atos de discurso com o objetivo expressivo tais como desculpas, agradecimentos, congratulações e condolências têm a direção de ajuste nula ou vazia, por exemplo. Segundo Vanderveken, o objetivo desses atos ilocucionários é somente expressar uma atitude proposicional do locutor sobre o estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional. Assim, seu objetivo não é representar esse estado de coisas como atual ou de tentar levar a fazer com que ele seja atual no mundo.

Portanto, segundo Vanderveken (Ibid., p. 107), no objetivo ilocucionário determina qual direção de ajuste o sucesso deve ser atingido entre a linguagem e o mundo. No caso de satisfação de uma enunciação, o alcance do objetivo ilocucionário sobre o conteúdo proposicional é interno à realização de um ato de discurso. Por conseguinte, na realização de um ato ilocucionário da forma $F(P)$, o locutor sempre atinge o objetivo ilocucionário de F sobre o conteúdo proposicional P no contexto de sua enunciação. Acerca disto, Vanderveken exemplifica que:

[...] Ao assertar que Paris está na França, um locutor representa como atual o estado de coisas particular de que Paris está na França. Similarmente, ao prometer ir a Paris, um locutor engaja-se a realizar o curso de ação futura de ir a Paris. (Ibid., p.107, tradução nossa²⁵).

Até o presente momento, apresentamos e esclarecemos as definições dos tipos de atos de discurso concebidas por Austin, os tipos de atos de discurso expressos por Searle e Vanderveken, os sete componentes que constituem a força ilocucionária, as direções de ajustes e a relação destes com os cinco objetivos ilocucionários. Portanto, observa-se a rigidez e consistência que a teoria e a lógica dos atos ilocucionários de primeiro nível detém. Entretanto, ela tende as ilocuições momentâneas, individuais e isoladas que os protagonistas (locutores/interlocutores) realizam ao utilizar enunciados elementares (ou de primeiro nível), em contextos de enunciação.

²⁵ No original: “[...] *In asserting that Paris is in France, a speaker represents as actual the particular state of affairs that Paris is in France. Similarly, in promising to go to Paris a speaker commits himself to carrying out the particular course of action of going to Paris.*”

Diante de tudo isso que apresentamos até o momento, e levando-se em consideração o escopo de nossa investigação monográfica, torna-se necessário compreender as colocações e apontamentos que caracterizam a posição cética de Searle, seguindo o pensamento do segundo Wittgenstein, visto que, na ótica dele, é impossível elaborar uma teoria formal geral do discurso tão rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível. Acerca disso nos ocuparemos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

O CETICISMO DE WITTGENSTEIN E DE SEARLE ACERCA DA POSSIBILIDADE DE UMA TEORIA DOS DISCURSOS INTEIROS

Até agora, como observa Vanderveken (2001, 2013), a linguística e a filosofia da linguagem tenderam priorizar a análise das competências linguísticas tais como a habilidade do locutor para usar e compreender sentenças simples, por exemplo. Porém, tais áreas de pesquisa deixaram de lado a habilidade do locutor de contribuir nas conversações. Vanderveken observa que o mesmo ocorreu com a teoria dos atos de discurso que se limitou em estudar os atos ilocucionários isolados, realizados em contextos individuais de enunciações. Contudo, dificilmente os atos ilocucionários são realizados de forma isolada, no uso da linguagem. Acerca disto, Vanderveken elucida que:

[...] Os locutores realizam seus atos ilocucionários dentro de discursos inteiros em que eles estão, o mais frequentemente, em interação verbal com outros locutores que respondem a eles e realizam, por sua vez, seus próprios atos de discurso com a intenção coletiva de conduzir um certo tipo de conversação. Acima de tudo, o uso da linguagem é uma forma social de comportamento linguístico. Consiste, em geral, de sequências ordenadas de enunciações feitas por vários locutores que tendem, por suas interações verbais, atingir objetivos comuns tais como discutir notícias, coordenar sua ação conjunta, negociar ou mais simplesmente trocar saudações. [...] (VANDERVEKEN, 2001, p. 243, tradução nossa²⁶).

Se questionássemos acerca de uma maneira de enriquecer a atual teoria dos atos de discurso, por meio do desenvolvimento de uma teoria do discurso mais geral e tão sistemática quanto à teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível, teríamos antes de apresentar e elucidar as principais dificuldades para a realização de tal projeto. Vanderveken recebeu como um desafio a posição de Searle (1992), apresentada em seu artigo *Conversation*, que seguindo a posição do segundo Wittgenstein (1958), expressou ceticismo sobre a possibilidade de construir uma teoria dos discursos tão rigorosa quanto a dos atos ilocucionários. No presente capítulo, começaremos apresentando as principais dificuldades, apontadas por Searle, que impenderiam, segundo ele, a elaboração de uma teoria formal geral do discurso. Em seguida, iremos expor as respostas de Vanderveken (2001) e explicar

²⁶ No original: “[...]Speakers perform their illocutionary acts within entire discourses where they are most often in verbal interaction with other speakers who reply to them and perform in turn their own speech acts with the collective intention of conducting a certain type of conversation. Above all, the use of language is a social form of linguistic behaviour. It consists, in general, of ordered sequences of utterances made by several speakers who tend by their verbal interactions to achieve common goals such as discussing news, coordinating their joint action, negotiating or more simply exchanging greetings. [...]”

como ele superou cada uma das dificuldades apresentadas por Searle. Logo, a fim de melhor apresentar e esclarecer o ceticismo deste, adotamos a seguinte divisão no presente capítulo: na seção 2.1, abordaremos dois dos conceitos mais fundamentais no pensamento do segundo Wittgenstein, isto é, os jogos de linguagem e de forma de vida (tendo em vista que as conversações, segundo a ótica de Searle, são jogos de linguagem nos moldes da teoria wittgensteiniana); e, por fim, na seção 2.2, apresentaremos as principais dificuldades apontadas por Searle para a elaboração de uma teoria formal do discurso e os argumentos expressos por Vanderveken para cada um deles, em uma espécie de diálogo. Ademais, prossigamos com a nossa exposição acerca dos itens anteriormente citados.

2.1 OS CONCEITOS DE *JOGOS DE LINGUAGEM E DE FORMA DE VIDA DE WITTGENSTEIN*

Antes de adentrarmos na discussão acerca das dificuldades apontadas por Searle sobre a impossibilidade da elaboração de uma teoria geral do discurso, é indispensável discutirmos brevemente o pensamento filosófico do segundo Wittgenstein, em especial, as noções de *jogos de linguagem* e de *forma de vida*.

A intenção de Wittgenstein em fazer uma peculiar comparação envolvendo jogo e linguagem, apresentada em sua obra *Philosophical Investigations* (1968), é a de nos levar a observar, por meio de jogos, os mais diversos aspectos e características do uso de nossa linguagem os quais são, frequentemente, ignorados. Acerca da noção de *jogos de linguagem*, Arruda Júnior elucida que:

Os jogos são atividades públicas que pressupõem o uso de regras, reações comuns, habilidades, disposições, certas capacidades geradas pelo domínio de técnicas etc. Equiparada com eles, a linguagem é, dessa perspectiva, concebida como uma *práxis*, isto é, como uma atividade humana também guiada por regras, cuja efetivação pressupõe, igualmente, reações comuns, capacidades adquiridas por meio de treino, o domínio da técnica de sua aplicação etc. (ARRUDA JÚNIOR, 2017, p. 73).

Por conseguinte, os *jogos de linguagem* proposto por Wittgenstein envolvem a analogia entre as práticas de jogos e as práticas da linguagem, um dos seus principais traços é a exposição de uma alegada conexão que há entre as ações humanas e o uso de uma linguagem. Observa-se que, na perspectiva de Wittgenstein, tal traço é sustentado pela concepção de que toda a prática ou uso da linguagem está totalmente imersa em um

complexo de ações interligadas (ARRUDA JÚNIOR, 2017). Consequentemente, Wittgenstein (1975, p. 16) define os *jogos de linguagem* como “o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada”. Ademais, Arruda Júnior (2017, p. 74) reforça o pensamento de Wittgenstein ao esclarecer que “os *jogos* que constituem a linguagem compreendem não só as expressões da linguagem, mas também todas as ações com as quais essas expressões estão interligadas”.

Portanto, o conjunto decorrente da sobreposição entre a linguagem e as atividades relacionadas a ela constitui o que o Wittgenstein denomina de *forma de vida* humana. Acerca da noção de *forma de vida*, ele argumenta que:

Pode-se representar facilmente uma linguagem que consiste apenas de comandos e informações durante uma batalha. – Ou uma linguagem que consiste apenas de perguntas e de uma expressão de afirmação e de negação. E muitas outras. – E representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida. (WITTGENSTEIN, 1975, p. 19).

Além disso, o termo *jogo de linguagem*, no pensamento de Wittgenstein, também possui o papel de salientar que a utilização da linguagem é uma parte constitutiva das diversas atividades humanas ou de uma forma de vida. No que diz respeito ao conjunto que constitui a ideia de *forma de vida* humana, Arruda Júnior descreve o seguinte:

[...] A linguagem não pode ser concebida como uma estrutura abstrata, separada e isolada em si mesma, mas deve ser considerada como uma prática que penetra e está indissolavelmente ligada a todas as atividades desenvolvidas e efetuadas pelos seres humanos. A consequência mais imediata dessa maneira de pensar é a de que não é possível entender o fenômeno linguístico sem nos atermos à participação ativa dos seres humanos em sua utilização e em suas constantes mudanças. Ao assegurar essa necessária participação intersubjetiva dos seres humanos no desenvolvimento e efetivação das práticas linguísticas, Wittgenstein considera esse fenômeno humano como sendo um produto da atividade social dos homens. (ARRUDA JÚNIOR, 2017, p. 74-75).

Ademais, Wittgenstein (1975, p. 221) aponta a vasta multiplicidade de jogos de linguagem ao expressar que “a indizível diversidade de todos os jogos de linguagem cotidianos não nos vem à consciência porque as roupas de nossa linguagem tornam tudo igual”. Acrescentando ainda que:

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? — Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de ‘signo’, ‘palavras’, ‘frases’. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos. [...] (Ibid., p. 22).

No tocante a este apontamento, Arruda Júnior comenta que:

[...] Há incontáveis maneiras pelas quais a linguagem se entrecruza com as ações humanas e dos inúmeros detalhes que podem ser encontrados nas circunstâncias em que se dão as práticas linguísticas, que a perspectiva pragmática defende a ideia de que os jogos que constituem a linguagem são muito variados. [...] (ARRUDA JÚNIOR, 2017, p. 75).

Posteriormente, Searle (1992), seguindo o pensamento do segundo Wittgenstein (1968), sobretudo no que concerne à noção de jogos de linguagem, descreve que, em um diálogo ou uma conversação, cada ato de discurso cria um espaço de possibilidades de atos de discurso de respostas adequadas. Acerca disto, ele argumenta que:

Assim como um movimento em um jogo cria um espaço de contramovimentos possíveis e apropriados, então em uma conversação, cada ato de discurso cria um espaço de atos de discursos de resposta possíveis e apropriadas. Os primórdios de uma teoria do jogo conversacional podem ser uma tentativa sistemática de explicar como ‘movimentos’ particulares, atos ilocucionários particulares, restringem o escopo de possíveis respostas apropriadas. Porém, quando investigarmos essa abordagem, acredito que veremos que realmente não vamos muito longe. [...] Consideremos os casos em que obtemos relações sistemáticas entre um ato de discurso e o ato de discurso de resposta apropriado. Os melhores casos são aqueles que são erroneamente chamados de ‘pares de adjacência’, tais como pergunta/resposta, saudação/saudação, oferta/aceitação ou rejeição. Se considerarmos as sequências de perguntas e respostas, descobriremos que existem conjuntos muito rígidos de restrições sobre o que constitui uma resposta idealmente apropriada, dada uma questão particular. De fato, as restrições são tão rígidas que a estrutura semântica da pergunta determina e combina com a estrutura semântica de uma resposta idealmente apropriada. Se, por exemplo, eu lhe fizer uma pergunta de sim/não, então sua resposta, se for uma resposta à pergunta, tem que contar como uma afirmação ou uma negação do conteúdo proposicional apresentado na pergunta original. [...] (SEARLE, 1992, p. 8, tradução nossa²⁷).

A fim de elucidar as críticas²⁸ e a posição cética de Searle, M. Dascal (1992) comenta que:

²⁷ No original: “[...] *Just as a move in a game creates a space of possible and appropriate countermoves, so in a conversation, each speech act creates a space of possible and appropriate response speech acts. The beginnings of a theory of the conversational game might be a systematic attempt to account for how particular ‘moves’, particular illocutionary acts, constrain the scope of possible appropriate responses. But when we investigate this approach, I believe we will see that we really do not get very far. [...] Let us consider the cases where we do get systematic relationships between a speech act and the appropriate response speech act. The best cases are those that are misleadingly called ‘adjacency pairs,’ such as question/answer, greeting/greeting, offer/acceptance or rejection. If we consider question and answer sequences, we find that there are very tight sets of constraints on what constitutes an ideally appropriate answer, given a particular question. Indeed, the constraints are so tight that the semantic structure of the question determines and matches the semantic structure of an ideally appropriate answer. If, for example, I ask you a yes/no question, then your answer, if it’s an answer to the question, has to count either as an affirmation or a denial of the propositional content presented in the original question. [...]*”

²⁸ Para uma discussão mais aprofundada, ver os artigos *Conversation*, de Searle (1992) e *On the Pragmatic Structure of Conversation*, de Dascal (1992).

Três tipos de teorias da conversação são criticados por Searle, embora apenas duas sejam referidas a seus verdadeiros proponentes. A primeira consiste em ver a conversação como um jogo de linguagem wittgensteiniano, onde os movimentos são atos de discurso. Cada movimento restringe o conjunto de movimentos subsequentes possíveis e apropriados. Uma pergunta requer uma resposta, uma oferta requer uma aceitação ou uma rejeição etc. Às vezes, observa Searle, tais restrições parecem ser bastante específicas, indo além da especificação do tipo apropriado de objetivo ilocucionário de contra-ataque. Por exemplo, as perguntas de sim/não e de *wh-questions*²⁹ parecem estabelecer também a estrutura semântica e sintática das respostas apropriadas, e as apostas nem mesmo são ‘totalmente feitas’ a menos que sejam seguidas pela aceitação do interlocutor. Casos como estes mostram não apenas que a sequência conversacional é restringida por seus atos de discurso componentes, mas também que, às vezes, apenas a sequência garante a ‘conclusão’ de um único ato de discurso. Ainda, de acordo com Searle, tais casos de sequências ‘internamente relacionadas’ de atos de discurso são bastante excepcionais e, conseqüentemente, a abordagem wittgensteiniana rende poucas perspectivas como forma de estender a análise do ato de discurso individual. [...] (Ibid., p. 37, tradução nossa³⁰).

Por fim, um dos diversos apontamentos realizados por Wittgenstein (1968) concerne ao fato de que conversar é engajar-se em atividades entrelaçadas com várias *formas de vida* sociais. No tocante a isto, Vanderveken argumenta que:

Não se pode desassociar as significações e propósitos dos locutores em um discurso do *pano de fundo* de sua conversação que contém uma *rede aberta de estados mentais dos locutores* tais como desejos, intenções bem como crenças direcionadas a fatos do mundo assim como uma *série de habilidades e práticas* dos locutores relacionadas com suas formas de vida comuns ou vindo da sua constituição biológica de seres humanos. [...] (VANDERVEKEN, 2001, p. 244, tradução nossa³¹).

Levando em consideração o que foi dito acima, é impossível realizar, de acordo com Wittgenstein (1968), e depois Searle (1992), uma descrição teórica exaustiva da estrutura

²⁹ Uma tradução próxima o bastante para esta expressão seria “perguntas interrogativas”.

³⁰ No original: “*Three kinds of theories of conversation are criticized by Searle, though only two are referred to their actual proponents. The first consists in viewing conversation as a Wittgensteinian language game, where the moves are speech acts. Each move constrains the set of possible and appropriate ensuing moves. A question requires an answer, an offer requires an acceptance or a rejection, etc. Sometimes, Searle observes, such constraints seem to be quite specific, going beyond the specification of the appropriate kind of illocutionary point of the countermove. For example, yes/no and wh-questions seem to establish also the semantic and syntactic structure of appropriate answers, and bets are not even ‘fully made’ unless followed by the hearer’s acceptance. Cases such as the latter show not only that the conversational sequence is constrained by its component speech acts, but also that sometimes only the sequence ensures the ‘completion’ of a single speech act. Yet, according to Searle, such cases of ‘internally related’ sequences of speech acts are rather exceptional, and consequently the Wittgensteinian approach yields little prospect as a way of extending the analysis beyond the single speech act. [...]*”

³¹ No original: “[...] *One cannot dissociate the meanings and purposes of speakers in a discourse from the background of their conversation which contains an open network of mental states of speakers such as desires, intentions as well as beliefs directed at facts of the world as well as a series of speakers’ abilities and practices relating to their common forms of life or coming from their biological constitution of human beings. [...]*”

das formas de vida, do pano de fundo conversacional. Pois, como argumenta Vanderveken (2001, p. 244), tais tentativas de descrição “nunca poderiam parar e nos levaria à uma regressão *ad infinitum*”³². No entanto, como veremos no próximo capítulo, Vanderveken vai mostrar que essa dificuldade não impede a elaboração de uma teoria geral formal dos discursos.

Após abordar os conceitos de *jogos de linguagem* e de *forma de vida*, prosseguiremos a nossa análise do tópico que envolve as principais dificuldades apresentadas, por Searle, para a elaboração de uma teoria formal do discurso, tendo em vista o objetivo de compreendermos melhor como tais apontamentos são constituídos e a maneira como esses obstáculos impendem a elaboração de tal projeto.

2.2 AS PRINCIPAIS DIFICULDADES APRESENTADAS POR SEARLE

O filósofo J. R. Searle, em seus dois artigos de 1992: *Conversation*; e *Conversation Reconsidered*, expressou ceticismo sobre a possibilidade de construir uma teoria formal do discurso que fosse tão rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários. Entretanto, Vanderveken na sua obra *Illocutionary Logic and Discourse Typology* (2001) enfrenta e sobrepõe ou supera o desafio lançado por Searle, expondo as principais dificuldades apontadas por este e respondendo a cada uma delas. A superação realizada por Vanderveken e a construção de uma teoria geral do discurso serão aprofundadas no próximo capítulo.

No artigo de Vanderveken (Ibid., p. 243-245) mencionado anteriormente, ele expõe de forma objetiva e bastante clara as principais dificuldades³³ apresentadas por Searle, a saber:

- 1) Observa-se que Searle, no artigo *Conversation* (1992), elucida que:

O primeiro princípio a reconhecer (e é óbvio) é que em um diálogo ou conversação, cada ato de discurso cria um espaço de possibilidades de atos de

³² Como foi apresentado anteriormente acerca dessa impossibilidade, Wittgenstein (1975, p. 221) defende que “A indizível diversidade de todos os jogos de linguagem cotidianos não nos vem à consciência porque as roupas de nossa linguagem tornam tudo igual”. A fim de elucidar esta exposição, Arruda Júnior (2017, p. 75) argumenta que “há incontáveis maneiras pelas quais a linguagem se entrecruza com as ações humanas e dos inúmeros detalhes que podem ser encontrados nas *circunstâncias* em que se dão as práticas linguísticas, que a perspectiva pragmática defende a ideia de que os *jogos* que constituem a linguagem são muito variados.”

³³ Seguirei aqui as quatro principais dificuldades que constituem o ceticismo de Searle, apresentadas por Vanderveken (2001), além dos comentários deste autor acerca da noção de *pano de fundo conversacional* (*background*) e de *intencionalidade coletiva*. Vale ressaltar que uma das quatro dificuldades – envolvendo o pensamento de Wittgenstein e de Searle acerca da impossibilidade de fazer uma descrição teórica exaustiva da estrutura de um pano de fundo conversacional – já foi exposta anteriormente (ver p. 34-35 do presente trabalho).

discurso de resposta apropriados. Assim como um movimento em um jogo cria um espaço de contramovimentos possíveis e apropriados, então em uma conversação, cada ato de discurso cria um espaço de atos de discursos de resposta possíveis e apropriadas. Os primórdios de uma teoria do jogo conversacional podem ser uma tentativa sistemática de explicar como ‘movimentos’ particulares, atos ilocucionários particulares, restringem o escopo de possíveis respostas apropriadas. Porém, quando investigarmos essa abordagem, acredito que veremos que realmente não vamos muito longe. Para mostrar isto, vamos primeiro considerar os mais promissores, para que possamos ver como eles são especiais e incomuns. Consideremos os casos em que obtemos relações sistemáticas entre um ato de discurso e o ato de discurso de resposta apropriado. Os melhores casos são aqueles que são erroneamente chamados de ‘pares de adjacência’, tais como pergunta/resposta, saudação/saudação, oferta/aceitação ou rejeição. Se considerarmos as sequências de perguntas e respostas, descobriremos que existem conjuntos muito rígidos de restrições sobre o que constitui uma resposta idealmente apropriada, dada uma questão particular. De fato, as restrições são tão rígidas que a estrutura semântica da pergunta determina e combina com a estrutura semântica de uma resposta idealmente apropriada. [...] (SEARLE, 1992, p. 8, tradução nossa³⁴).

Vanderveken (2001, p. 243) expõe que Searle admite que certas regras devem ser seguidas a fim de conduzir com sucesso os vários tipos de conversação. Um princípio básico da condução de discurso é que todo ato de discurso, realizado em um certo tempo em um diálogo, limita, em geral, o conjunto de atos ilocucionários possíveis que são respostas apropriadas nesse diálogo para esse ato. Entretanto, Searle apontou que mesmo quando há relações sistemáticas entre um ato de discurso e suas possíveis respostas, como é o caso entre questões e suas respostas, as restrições discursivas são muito menos fortes do que se esperaria. Portanto, a forma das respostas apropriadas possíveis para questões pode não corresponder à estrutura de seu conteúdo proposicional. Além disso, um locutor pode frequentemente mudar o assunto de uma conversação ou mesmo realizar um ato de discurso inapropriado que não tem nada a ver com o que foi dito antes sem *eo ipso* violar uma regra constitutiva da conversação que pode continuar com sucesso. Por conseguinte, a óbvia irrelevância, fracasso, defeito ou insatisfação de atos ilocucionários particulares, em certos

³⁴ No original: “*The first principle to recognize (and it's an obvious one) is that in a dialogue or a conversation, each speech act creates a space of possibilities of appropriate response speech acts. Just as a move in a game creates a space of possible and appropriate countermoves, so in a conversation, each speech act creates a space of possible and appropriate response speech acts. The beginnings of a theory of the conversational game might be a systematic attempt to account for how particular ‘moves’, particular illocutionary acts, constrain the scope of possible appropriate responses. But when we investigate this approach, I believe we will see that we really do not get very far. To show this, let us first consider the most promising cases, so that we can see how special and unusual they are. Let us consider the cases where we do get systematic relationships between a speech act and the appropriate response speech act. The best cases are those that are misleadingly called ‘adjacency pairs,’ such as question/answer, greeting/-greeting, offer/acceptance or rejection. If we consider question and answer sequences, we find that there are very tight sets of constraints on what constitutes an ideally appropriate answer, given a particular question. Indeed, the constraints are so tight that the semantic structure of the question determines and matches the semantic structure of an ideally appropriate answer. [...]*”

momentos de tempo, em uma conversação não necessariamente interrompem essa conversação ou impedem que ela seja bem-sucedida.

2) Ao expor que as conversações não têm objetivos que são internos a elas, Searle justifica que:

Dado um ato de discurso, conhecemos o que conta como satisfação de suas condições de sucesso e de não defectividade, porém, dada uma sequência de atos de discurso em uma conversação, ainda não conhecemos o que conta como uma continuação relevante, até conhecermos alguma coisa que ainda é externo à sequência, nomeadamente, seu propósito. Entretanto, o fato de ser uma conversação não determina até agora um propósito, porque não há propósito para atos de discurso de um certo tipo *qua* atos de discurso desse tipo. Enunciações, questões e comandos, por exemplo, cada um tem propósitos apenas em virtude de serem enunciações, questões e comandos, e esses propósitos são construídos por suas condições essenciais. Porém, as conversações não têm, dessa maneira, uma condição essencial que determine um propósito. Em relação a um propósito conversacional, um enunciado em uma sequência pode ser relevante, em relação a outro, pode ser irrelevante. (SEARLE, 1992, p. 12-13, tradução nossa³⁵).

Vanderveken (2001, p. 243-244) explica, então, que Searle discorda que as conversações têm um objetivo interno, *qua* conversações, como é o caso dos atos ilocucionários que são sempre providos de um objetivo interno à sua força. Por esta razão, as análises que Grice (1991), Sperber e Wilson (1986/1995) e outros fizeram da máxima de relevância dificilmente poderiam contribuir para uma teoria geral das conversações. A relevância de um ato ilocucionário, em um momento de enunciação, é essencialmente dependente dos objetivos específicos dos participantes na conversação, nesse momento. No entanto, os objetivos podem mudar arbitrariamente, no curso de uma conversação. Ao fazer uma enunciação, em um certo momento, um locutor pode ter um novo objetivo que é bastante diferente do propósito anteriormente existente na conversação. Assim, Vanderveken (2001, p. 244) observa que a condição de relevância de Grice impõe relativamente poucas restrições sobre a estrutura apropriada de um grande número de conversações.

³⁵ No original: “Given a speech act, we know what counts as meeting its conditions of success and nondefectiveness; but given a sequence of speech acts in a conversation, we don't yet know what counts as a relevant continuation until we know something which is still external to the sequence, namely its purpose. But the fact that it is a conversation does not so far determine a purpose, because there is no purpose to conversations *qua* conversations in the way that there is a purpose to speech acts of a certain type *qua* speech acts of that type. Statements, questions, and commands, for example, each have purposes solely in virtue of being statements, questions and commands; and these purposes are built in by their essential conditions. But conversations do not in that way have an essential condition that determines a purpose. Relative to one conversational purpose an utterance in a sequence may be relevant, relative to another it may be irrelevant.”

3) Sobre a importância da intencionalidade coletiva nas conversações, Searle esclarece que:

O fenômeno do comportamento coletivo compartilhado é um fenômeno social genuíno e está subjacente a muitos comportamentos sociais. Estamos cegos para esse fato pelos dispositivos analíticos tradicionais que tratam toda a intencionalidade como estritamente uma questão da pessoa individual. Acredito que o reconhecimento da intencionalidade compartilhada e suas implicações é um dos conceitos básicos de que precisamos para compreender como as conversações funcionam. A ideia de que a intencionalidade compartilhada pode ser inteiramente reduzida a crenças complexas e a outros estados intencionais leva àquelas explicações incorretas de significação, nas quais você precisa ter um número bastante grande de intenções para realizar atos de discurso simples como dizer ‘Adeus’, ou pedir outra bebida, ou dizer ‘Olá’ para alguma pessoa quando você a encontra na rua. Você, é claro, requer alguns estados intencionais, mas uma vez que você vê que no comportamento coletivo, como conversações, a intencionalidade individual é derivada da intencionalidade coletiva, a explicação da intencionalidade individual é muito mais simples. No padrão da análise que estou propondo, quando duas pessoas se cumprimentam e começam uma conversação, elas estão iniciando uma atividade conjunta, em vez de duas atividades individuais. (SEARLE, 1992, p. 22, tradução nossa³⁶).

Assim, se a concepção que Searle está propondo estiver correta, a intencionalidade compartilhada ou coletiva é um conceito que será necessário para a análise das conversações. Segundo Vanderveken (2001, p. 244), as conversações são, por natureza, ações conjuntas de vários agentes que, por sua vez, fazem suas enunciações sucessivas com a intenção de atingir objetivos comuns. Ele concorda com Searle (1979, 1980) que observa que a intencionalidade comum aos protagonistas de uma conversação é uma *intencionalidade coletiva* que não é redutível à soma de suas intenções individuais na primeira pessoa e ao seu conhecimento mútuo do pano de fundo conversacional. Obviamente, todos os locutores e interlocutores de uma conversação são dotados com uma série de estados mentais pessoais individuais que eles, às vezes, expressam verbalmente ao falar. Contudo, argumenta Vanderveken, quando dois locutores participam de uma conversação, eles ambos realizam uma atividade linguística conjunta e não duas atividades individuais distintas. Algumas de suas intenções individuais podem diferir. Por exemplo, em uma discussão teórica, um locutor pode

³⁶ No original: “*The phenomenon of shared collective behavior is a genuine social phenomenon and underlies much social behavior. We are blinded to this fact by the traditional analytic devices that treat all intentionality as strictly a matter of the individual person. I believe that a recognition of shared intentionality and its implications is one of the basic concepts we need in order to understand how conversations work. The idea that shared intentionality can be entirely reduced to complex beliefs and other intentional states leads to those incorrect accounts of meaning where it turns out you have to have a rather large number of intentions in order to perform such simple speech acts as saying ‘Good-bye’, or asking for another drink, or saying ‘Hi’ to someone when you meet him in the street. You do, of course, require some intentional states, but once you see that in collective behavior, such as conversations, the individual intentionality is derived from the collective intentionality; the account of the individual intentionality is much simpler. On the pattern of analysis I am proposing, when two people greet each other and begin a conversation, they are beginning a joint activity rather than two individual activities.*”

argumentar a favor e o outro locutor argumentar contra uma certa tese em questão. Entretanto, tais intenções individuais diferentes são partes da mesma intenção coletiva compartilhada de ordem superior de descrever juntos como os objetos são no mundo.

Observamos, portanto, a partir das colocações de Vanderveken, que o próprio Searle reconhece que as considerações acima sobre o discurso não são realmente uma demonstração de impossibilidade de enriquecer a teoria dos atos de discurso a fim de desenvolver uma teoria geral das conversações. Tais considerações podem ser, todavia, consideradas como servindo para expor as dificuldades intrínsecas à uma investigação e construção teórica sobre os discursos inteiros. De acordo com Vanderveken (2001, p. 244), o pano de fundo conversacional e a intencionalidade coletiva são indispensáveis às teorias pragmática e semântica atuais dos atos de discurso. Entretanto, como ele bem observa, Searle não questiona essas teorias bem estabelecidas. Assim, Vanderveken (Ibid., p. 244) considera que “ainda se pode esperar ter sucesso ao enfrentar o desafio de Searle no que diz respeito à possibilidade de elaborar uma teoria da conversação”.

Vamos agora abordar as concepções acerca do pano de fundo conversacional e da intencionalidade coletiva.

I. Do pano de fundo conversacional (*background*)

De acordo com Vanderveken (2001), seguindo o pensamento de Searle, o conteúdo proposicional da maioria dos atos ilocucionários somente determina as condições de verdade com base em uma série de suposições e práticas que pertencem ao pano de fundo conversacional. A fim de clarificar isto, Vanderveken apresenta o seguinte caso:

[...] Considere, por exemplo, o pedido expresso ao dizer ‘Por favor, corte a grama!’, suas condições de satisfação são dependentes das formas de vida subjacentes à conversação do locutor e interlocutor. Se o propósito do locutor é estético (ele quer que o gramado em casa seja cortado assim como o de seus vizinhos para torná-lo mais bonito), o interlocutor faria melhor se cortasse a grama usando um cortador de grama. Porém, se a forma de vida compartilhada subjacente à conversação é diferente (o propósito do locutor é vender o gramado para vizinhos que perderam o seu por causa da seca), o interlocutor deveria transplantar o gramado a fim de conceder o pedido do locutor. [...] (Ibid., p. 244, tradução nossa³⁷).

³⁷ No original: “[...] Consider, for example, the request expressed by saying ‘Please, cut the grass!’ Its conditions of satisfaction are dependent on the forms of life underlying the conversation of the speaker and hearer. If the speaker’s purpose is esthetical (he wants the lawn at home to be mowed just like his neighbors to make it more beautiful), the hearer would do better to cut the grass using a lawn mower. But if the shared form of life underlying the conversation is different (the speaker’s purpose is to sell the lawn to neighbors who

Por conseguinte, observa-se que a própria análise das noções fundamentais de satisfação e de verdade da teoria dos atos de discurso requer uma referência para o pano de fundo conversacional. Tendo em vista o objetivo de analisar na pragmática a significação de enunciações não-literais, o pano de fundo conversacional é, sobretudo, imprescindível em um estágio posterior. Segundo Vanderveken (Ibid., p. 244-245), cada intérprete deve “reconhecer fatos do pano de fundo conversacional que previnem o locutor de falar literalmente, se caso ele respeita as máximas conversacionais”³⁸. Obviamente, a fim de que seja elaborada uma teoria apropriada da conversação, se reconhece a necessidade de uma descrição mais rica do pano de fundo conversacional, diferentemente do caso da teoria dos atos ilocucionários isolados. Entretanto, o autor de *Meaning and Speech Acts* ressalta que o fato de que uma teoria da conversação exige uma descrição mais rica do pano de fundo conversacional, não se trata de introduzir um novo limite teórico que não pode ser superado.

II. Da intencionalidade coletiva

A intencionalidade coletiva faz parte da realização e compreensão de muitos atos ilocucionários. Acerca desta concepção, Vanderveken evidencia alguns traços importantes, a saber:

Primeiramente, vários locutores podem realizar simultaneamente atos ilocucionários elementares em enunciações coletivas. Eles podem usar sentenças performativas com o pronome da primeira pessoa do plural tal como ‘Juntos todos nós juramos fidelidade à bandeira’. Em segundo lugar, muitos atos de discurso (por exemplo, ordens, promessas, súplicas e agradecimentos) têm uma força ilocucionária que é necessariamente direcionada ao interlocutor. Um locutor não poderia realizá-los sem se *comunicar* com o interlocutor (quando esse interlocutor é diferente dele mesmo). Em tais casos, não há sucesso e satisfação sem a *compreensão* do interlocutor. Além disso, um locutor sozinho não pode realizar atos ilocucionários tais como apostas, convenções e contratos. Eles requerem uma *realização conjunta mútua* por ambos, um locutor e um interlocutor. Portanto, a fim de que uma aposta seja bem-sucedida, não é suficiente que o locutor faça uma aposta com um interlocutor por meio de uma enunciação. É necessário também que o interlocutor aceite a aposta. Os atos de discurso tais como apostar e contratar requerem um *relacionamento interlocucionário criativo* entre o locutor e o interlocutor que, então, se torna também um locutor a fim de fazer sua própria contribuição para o ato de discurso conjunto. (Ibid., p. 245, tradução nossa³⁹).

have lost their own because of drought), the hearer should transplant the lawn in order to grant the speaker's request. [...]”

³⁸ A noção de máximas conversacionais é devido a P. Grice

³⁹ No original: “[...] *First, several speakers can perform simultaneously elementary illocutionary acts in collective utterances. They can use performative sentences with the first-person plural pronoun such as ‘Together we all pledge allegiance to the flag’. Second, many speech acts (for example, orders, promises,*

Por conseguinte, Vanderveken (Ibid., p. 245), assim como Francis Jacques (1985), compreende que o *relacionamento de interlocução* que envolve os locutores e interlocutores é tão significativa quanto a clássica *relação de correspondência* entre palavras e coisas, da filosofia da linguagem em geral e, em particular, da teoria do discurso. Segundo Vanderveken (Ibid., p. 245), a intencionalidade coletiva constitui claramente essa relação de interlocução ou conversação. Logo, muitos atos ilocucionários que pertencem ao âmbito da teoria dos atos de discurso atual requerem a intencionalidade coletiva. Para Vanderveken, isto não quer dizer que estejamos diante de uma nova limitação própria à teoria da conversação, mas sim que é necessária uma melhor filosofia da ação e da mente com uma abordagem mais coletiva e menos individual a fim de investigar a intencionalidade coletiva que é de ordem superior. Assim, compreende-se que isso não constitui um novo limite ou obstáculo particular à lógica e à teoria do discurso.

Por fim, após termos apresentado e analisado dois dos conceitos mais fundamentais no pensamento do segundo Wittgenstein presentes no pensamento e posição expressa por Searle e os principais apontamentos, argumentos e dificuldades manifestadas por ele, em seu artigo *Conversation* (1992), acerca da possibilidade de elaboração de uma teoria geral do discurso, porém, as considerações expressas por ele sobre o discurso não são realmente uma demonstração da impossibilidade de enriquecer a teoria dos atos de discurso para desenvolver uma teoria adequada da conversação. Tal como observa Vanderveken (2001), os apontamentos feitos por Searle servem apenas para mostrar as dificuldades da realização de um sistema teórico formal dessa envergadura.

Por fim, diante de todo o conteúdo apresentado no presente capítulo, faz-se necessário prosseguirmos a nossa investigação no que se refere a superação de Vanderveken do desafio lançado por Searle e a exposição e esclarecimento da estrutura, teoria e lógica das conversações ou ilocuições de nível superior elaborada por ele, além de analisar os princípios que fundamentam elas. Passemos, assim, ao próximo capítulo.

supplications, and thanks) have an illocutionary force which is necessarily hearer directed. A speaker could not perform them without communicating to the hearer (when that hearer is different from himself). In such cases, there is no success and satisfaction without understanding by the hearer. Furthermore, a speaker alone cannot perform illocutionary acts such as bets, conventions and contracts. They require a mutual joint performance by both a speaker and a hearer. Thus, in order for a bet to be successfully performed, it is not sufficient that the speaker make a wager with a hearer by an utterance. It is also necessary that the hearer accept that wager. Speech acts such as betting and contracting require a creative interlocutory relationship between the speaker and the hearer, who then also becomes a speaker for the purpose of making his own contribution to the joint speech act.”

CAPÍTULO 3

DAS ILOCUÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR OU DAS CONVERSÇÕES

Dada a exposição acima sobre a teoria dos atos de discurso, dos atos ilocucionários de primeiro nível em particular, e sobre o ceticismo de Searle, (influenciado pelo ceticismo teórico do segundo Wittgenstein), quanto a impossibilidade de estender a teoria dos atos de discurso a fim de elaborar uma teoria geral formal do discurso, iremos, neste capítulo, abordar a teoria geral do discurso proposta por Vanderveken nos seus escritos de 2001, 2007 e 2013, onde ele apresenta os fundamentos teóricos e explica o método por ele utilizado para enriquecer a lógica ilocucionária e, conseqüentemente, contribuir para as fundações da lógica do discurso. Além disso, vamos apresentar sua análise da estrutura lógica das conversações, tais como entrevistas, consultas, avaliações, elogios, descrições etc., que são providas de algum objetivo discursivo apropriado. A fim de esclarecer alguns traços inerentes aos discursos, Vanderveken enuncia que:

Por natureza, uma instância de um discurso bem formado é uma seqüência finita de sucessivas enunciações feitas por agentes que são, por sua vez, locutores e interlocutores. Como Frege apontou, as sentenças são as unidades sintáticas da conversação. Os locutores não podem fazer atos de referência a um objeto sem subsumi-lo sob um conceito e fazer uma predicação. Além disso, eles não podem expressar um conteúdo proposicional sem relacioná-lo ao mundo com uma certa força ilocucionária. Portanto, a análise de atos ilocucionários básicos tais como asserções, promessas, pedidos, apelações e agradecimentos que locutores tentam realizar pelo seu uso de sentenças faz parte da lógica do discurso. Entretanto, os locutores raramente conversam apenas com o objetivo de, ao seu turno, realizar tais atos ilocucionários. Como Wittgenstein apontou, os locutores em conversação são engajados em *formas de vida* comuns onde eles coletivamente tentam atingir objetivos. Seus atos de discursos estão mais frequentemente relacionados com ações não-verbais em uma atividade social tal como treinar, sair para fazer compras, limpar a casa, preparar um jantar, fazer ou reparar uma máquina. Ao trocar palavras, os locutores, frequentemente, jogam *jogos de linguagem* que não são puramente discursivos. O principal objetivo comum deles é, então, *extralingüístico*. Os agentes comunicam a fim de coordenar inteligentemente suas ações não-verbais. [...] (VANDERVEKEN, 2001, p. 245, tradução nossa⁴⁰).

⁴⁰ No original: “By nature, an instance of a well-formed discourse is a finite sequence of successive utterances made by agents who are in turn speakers and hearers. As Frege pointed out, sentences are the syntactic units of conversation. Speakers cannot make acts of reference to an object without subsuming it under a concept and making a predication. Moreover, they cannot express a propositional content without relating it to the world with a certain illocutionary force. So, the analysis of basic illocutionary acts such as assertions, promises, requests, appellations, and thanks that speakers attempt to perform by their use of sentences is part of the logic of discourse. However, speakers seldom talk just for the purpose of in turn performing such illocutionary acts. As Wittgenstein pointed out, speakers in conversation are engaged in common forms of life where they collectively attempt to achieve goals. Their speech acts are most often related to non-verbal actions in a social activity such as training, going out shopping, cleaning the house, preparing a dinner, making, or repairing a machine. In exchanging words, speakers often play language games which are not purely discursive. Their main common purpose is then extra-linguistic. Agents communicate in order to coordinate intelligently their non-verbal actions. [...]”

Vanderveken (Ibid., p. 245), concorda com o posicionamento de Wittgenstein e de Searle, no que concerne a impossibilidade construir uma teoria que trate de todos os tipos de *jogos de linguagem possíveis*, pois há claramente incontáveis tipos de formas de vida sociais e objetivos que poderíamos compartilhar. Assim, há, em princípio, inúmeros tipos de jogos de linguagem que somos capazes de jogar trocando palavras e enunciando sentenças. Tal multiplicidade dos *jogos de linguagem* e das espécies de sentenças possíveis se deve a dois fatores: 1) aos inúmeros empregos do que é por nós chamado de signo, palavras, frases, enunciados etc.; e, 2) essa pluralidade não se trata de algo fixo, pois os jogos de linguagem são criados e outros envelhecem e, conseqüentemente, são esquecidos.

Ademais, no presente capítulo, aplicaremos a seguinte divisão para melhor analisar o que foi mencionado anteriormente: na seção 3.1, iremos expor as direções de ajuste e os objetivos discursivos apresentados por Vanderveken e quais os papéis deles para a teoria geral do discurso que ele desenvolveu; na seção 3.2, trataremos da forma lógica de um tipo de discurso que possui um objetivo discursivo, além de elucidar os outros componentes da conversação ou ilocução de nível superior; e, finalmente, na seção 3.3, abordaremos a tipologia das conversações providas de objetivos discursivos e os resultados das análises lógico-filosóficas sobre os discursos alcançados por ele. Passemos, portanto, a análise de cada um desses tópicos.

3.1 DAS DIREÇÕES DE AJUSTE E DOS OBJETIVOS DISCURSIVOS

Segundo Vanderveken (2001, p. 246), a tarefa própria da lógica do discurso é analisar somente a estrutura das conversações, cujo tipo é provido de um objetivo discursivo interno. Assim, argumenta ele, que a tarefa da lógica do discurso é muito mais restrita do que a de uma teoria de todos os tipos de jogos de linguagem. Segundo Vanderveken (Ibid., p. 246-248), há somente quatro objetivos discursivos possíveis que os locutores podem tentar atingir, no curso de uma conversação, a saber: o objetivo descritivo, o deliberativo, o declaratório e o expressivo. Segundo ele (Ibid., p. 246), cada um dos objetivos discursivos corresponde à uma das quatro direções possíveis de ajuste entre as palavras e as coisas, a saber:

a) Os discursos com um objetivo descritivo têm a direção de ajuste das palavras às coisas. Esse tipo de discurso serve para descrever como as coisas são no mundo. Alguns exemplos de discursos com o objetivo descritivo são descrições, relatos, histórias, contos, memórias, confissões, enunciações públicas, previsões, comentários, demonstrações, explicações etc.

b) Os discursos com um objetivo deliberativo têm a direção de ajuste das coisas às palavras. Esse tipo de discurso serve para deliberar sobre quais ações futuras os locutores e interlocutores devem se comprometer, no mundo do discurso. Alguns exemplos de discursos com o objetivo deliberativo são deliberações, negociações, sessões de barganha, um compromisso ou a assinatura de um contrato, leilões, consultas, discursos de advertência, sermões etc.

c) Os discursos com um objetivo declaratório têm a direção de ajuste dupla. Esse tipo de discurso serve para transformar o mundo em virtude de tornar atual o estado de coisas ou fato representado. Podemos tomar como exemplos do tipo de discurso com o objetivo declaratório as declarações oficiais (declarações de guerra, de anistia, de independência), as constituições federais, os ultimatos, os testamentos, as leis jurídicas, as criações de novas linguagens, as nomeações, as demissões, os julgamentos nos tribunais etc.

d) Os discursos com um objetivo expressivo têm a direção de ajuste vazia ou nula. Esse tipo de discurso serve para expressar atitudes comuns dos protagonistas da conversação. Alguns exemplos de discursos com o objetivo expressivo são trocas de saudações, congratulações, elogios, homenagens, lamentações públicas, cerimônias religiosas em que os participantes expressam sua fé e obediência a Deus etc.

Na perspectiva de Vanderveken (2001, p. 246), todos nós somos capazes de conduzir conversações com os quatro objetivos discursivos, pois somos capazes de distinguir, ao pensar, as quatro possíveis direções de ajuste a partir das quais podemos estabelecer uma correspondência entre a linguagem e o mundo. Como podemos observar, há uma diferença importante entre o número de objetivos discursivos e ilocucionários, pois há apenas quatro objetivos discursivos e cinco objetivos ilocucionários. Sobre essa questão, Vanderveken esclarece:

De acordo com a lógica ilocucionária, dois diferentes objetivos ilocucionários têm a mesma direção de ajuste das coisas às palavras: o objetivo *compromissivo* que consiste em comprometer o locutor com uma ação futura e o objetivo *diretivo* que

consiste em fazer uma tentativa para levar o interlocutor a agir. O locutor e o interlocutor desempenham papéis muito assimétricos nos contextos de enunciações únicos: um é ativo e o outro passivo. Portanto, a linguagem distingue naturalmente um objetivo ilocucionário baseado no locutor e um objetivo baseado no interlocutor com a direção de ajuste das coisas às palavras. No caso dos atos ilocucionários compromissivos, a responsabilidade para mudar o mundo recai sobre o locutor, e no caso dos diretivos, ela recai sobre o interlocutor. [...] (Ibid., p. 246, tradução nossa⁴¹).

Além disso, Vanderveken observa que os engajamentos reais são pessoais, isto é, nenhum locutor pode comprometer ou engajar outra pessoa à uma ação futura, por sua própria enunciação. Com efeito, uma tentativa do locutor para levar um interlocutor a agir não implica o engajamento desse mesmo interlocutor. Por fim, um locutor que se compromete com uma ação não necessariamente tenta influenciar a si mesmo.

Quando o locutor e o interlocutor são protagonistas ou agentes de uma conversação, eles estão em uma situação de discurso bastante diferente, devido ao fato de que qualquer interlocutor, dentro de um discurso, é um locutor potencial, ou seja, ele pode em princípio, falar ao seu turno e contribuir para a conversação. Consequentemente, os protagonistas da conversação podem desempenhar ambos os papéis complementares de locutor e interlocutor. Acerca disto, Vanderveken argumenta que:

[...] Qualquer interlocutor que é dado uma diretiva em um momento, pode responder e comprometer-se pessoalmente mais tarde. Frequentemente, o engajamento de um locutor está condicionado a um engajamento futuro do interlocutor que pode aceitar, recusar ou fazer uma contraproposta. Por essa razão, há uma correspondência um-para-um entre os objetivos discursivos e as possíveis direções de ajuste, no uso da linguagem. [...] (Ibid., p. 247, tradução nossa⁴²).

Observamos, portanto, que os objetivos discursivos e os objetivos ilocucionários são relacionados logicamente por meio da direção de ajuste. Logo, os locutores que visam atingir um objetivo discursivo sobre determinado tema, em uma conversação, devem atingir objetivos ilocucionários que têm a mesma direção de ajuste sobre as proposições acerca dos

⁴¹ No original: “[...] According to illocutionary logic, two different illocutionary points have the same things-to-words direction of fit: the commissive point which consists in committing the speaker to a future action and the directive point which consists in making an attempt to get the hearer to act. Speaker and hearer play very asymmetric roles in the contexts of single utterances: one is active and the other passive. So language distinguishes naturally a speaker-based and a hearer-based illocutionary point with the things-to-words direction of fit. In the case of commissive illocutionary acts, the responsibility for changing the world lies on the speaker, in the case of directives, it lies on the hearer. [...]”

⁴² No original: “[...] Any hearer who is given a directive at a moment can reply and commit himself personally later. Often, the commitment of a speaker is conditional upon a future commitment of the hearer who can accept, refuse or make a counter-offer. For that reason, there is a one-to-one correspondence between the discursive purposes and the possible directions of fit. [...]”

objetos e fatos considerados. Finalmente, segundo a taxonomia de Vanderveken (Ibid., p. 247), há quatro e somente quatro objetivos discursivos⁴³, a saber:

1. O objetivo descritivo. Os discursos descritivos servem para descrever como certos objetos são no mundo. A maioria dos discursos descritivos, frequentemente, são interações verbais entre vários locutores que mantêm uma discussão. Porém, há casos em que um locutor pode realizar sozinho uma descrição como no caso de uma palestra onde não há questionamentos, por exemplo. O papel dos atos ilocucionários assertivos é central no uso descritivo da linguagem. Eles têm a mesma direção de ajuste das palavras às coisas. A fim de ser satisfeita, uma descrição deve ser exata: suas asserções sobre o domínio em consideração devem ser verdadeiras. Obviamente, os locutores podem discordar. Neste caso, eles podem até mesmo se autocontradizerem. Todavia, no discurso, eles tentam, de maneira geral, convencer outros. Portanto, os locutores podem revisar suas asserções e, algumas vezes, vir ao final para a mesma descrição.

2. O objetivo deliberativo. Os discursos deliberativos servem para deliberar sobre o que os locutores e os interlocutores devem se engajar a fazer no mundo. O objetivo deliberativo compreende tanto o objetivo compromissivo quanto o objetivo diretivo. As deliberações servem também para engajar os locutores a tentarem levar os interlocutores a se comprometerem com a realização de ações futuras mútuas, no mundo. Certas deliberações são negociações onde os locutores agem em conjunto uns com os outros. Eles desejam estabelecer mutuamente seus engajamentos e obrigações recíprocas. Tais são as sessões de barganha entre um comprador potencial e um vendedor sobre bens ou mercadorias à venda bem como as discussões que visam a assinatura de um contrato, uma solução amistosa ou a ratificação de um tratado. Os negociadores são partes potenciais que desejam decidir em comum suas futuras ações recíprocas. Por outro lado, ao dar instruções ou exortações, ao pregar e anunciar e ao fazer propaganda eleitoral, os locutores são mais peremptórios: eles querem influenciar uma audiência que, frequentemente, não participa da conversação. Entretanto, tais discursos deliberativos também contêm engajamentos como promessas “Comprem nossos produtos! Nós os garantimos!” ou ameaças “Se você não votar em nós, você vai se arrepender”. Todo uso deliberativo da linguagem tem que conter ambos os atos

⁴³ Minha apresentação aqui dos objetivos discursivos é estritamente baseada no texto de Vanderveken: *Illocutionary Logic and Discourse Typology*, publicado na *Revue internationale de philosophie*, 2001, onde ele apresenta sua classificação e caracterização dos quatro diferentes tipos de objetivos discursivos.

ilocucionários compromissivos e os diretivos, representando ações dos locutores e dos interlocutores, no tópico da conversação. Às vezes, o tipo de deliberação impõe um papel bastante diretivo para alguns e um papel mais compromissivo para outros. Por exemplo, em uma consulta, o consultor pede ao consultado que lhe dê diretivas bem fundamentadas sobre um certo assunto. O papel do segundo é recomendar ao primeiro certas ações com as quais ele pode finalmente se engajar. A fim de ser satisfeita, uma deliberação deve ser respeitada: os locutores devem manter seus engajamentos e os interlocutores devem obedecer às diretivas dessa deliberação.

3. O objetivo declaratório. Os discursos declaratórios servem para transformar o mundo por meio de declarações bem-sucedidas. A fim de conduzir esse tipo de discurso, os locutores devem ter autoridade para fazer determinadas coisas por meio da linguagem, das palavras que eles utilizam publicamente. Neste caso, eles tornam real o fato que eles representam ao dizer o que eles fazem. Às vezes, a autoridade necessária para tanto foi conferida institucionalmente aos locutores como, por exemplo, uma assembleia legislativa tem o poder de promulgar novas leis e os membros de júris em tribunais têm o poder de dar um veredicto. Os discursos declaratórios são necessários nas ciências para fins de formalização teórica, por exemplo, pois eles servem para formular linguagens-objeto ideais de teorias e para axiomatizar suas leis. Ao contrário das línguas artificiais formais, as línguas naturais não nasceram da mesma maneira, pois elas evoluem com o tempo. Algumas vezes, uma autoridade erudita estabelecida, como a Academia Francesa, tem o poder de manter um discurso que pode modificar a ortografia existente e o dicionário de uma língua natural atual. Os atos ilocucionários declaratórios desempenham um papel central no uso declaratório da linguagem, pois eles têm a mesma direção de ajuste dupla. Não há discurso declaratório sem enunciações performativas. A fim de ser satisfeita, basta que uma declaração seja bem-sucedida. Às vezes, somente a competência linguística⁴⁴ é necessária para manter um discurso declaratório. Assim, adultos e crianças que juntos inventam novos jogos como guerra e vídeo games, frequentemente, estabelecem por este tipo de discurso as regras constitutivas a seguir na prática desses jogos.

⁴⁴ De acordo com Vanderveken (1990, p. 11), a competência linguística do locutor é “construída como sua habilidade para realizar e entender atos de discurso em vários contextos possíveis de uso de sua linguagem”. Além disso, segundo C. J. S. Melo (2006), a competência linguística é determinada pela relação lógica entre a compreensão, a significação e o uso da linguagem que o locutor exerce, na ocasião de suas interações linguísticas com os outros.

4. O objetivo expressivo. Os discursos expressivos servem para expressar os estados mentais e atitudes de seus participantes no que diz respeito aos objetos e fatos do mundo representado. Por exemplo, os discursos que prestam homenagem a alguém, missas religiosas e outras cerimônias nos templos religiosos, onde os fiéis falam com Deus, ou quando uma multidão expressa hostilidade vaiando ou injuriando o objeto de sua antipatia ou aversão. Os principais atos ilocucionários de tais discursos são expressivos. Assim, a fim de prestar homenagem a alguém é preciso cumprimentar, louvar e, às vezes, até mesmo aclamar a pessoa homenageada, expressando estados mentais positivos e favoráveis tais como alegria, aprovação, respeito e, algumas vezes, até mesmo orgulho por suas realizações.

Ao analisar a relação que há entre as direções de ajuste e os objetivos discursivos, observa-se que na realização de um ato de discurso elementar, o locutor sempre relaciona, de uma determinada maneira, o conteúdo proposicional ao contexto da enunciação, de modo a determinar uma direção de ajuste entre a linguagem e o mundo. A fim de compreendermos a forma lógica de uma conversação provida de um objetivo discursivo, avançaremos em nossa exposição analisando a teoria formal do discurso elaborada por Vanderveken.

3.2 DA FORMA LÓGICA DE UM TIPO DE CONVERSAÇÃO COM UM OBJETIVO DISCURSIVO

Segundo a lógica ilocucionária, todas as forças que têm o mesmo objetivo ilocucionário, não desempenham, no entanto, o mesmo papel no uso da linguagem. A fim de clarificar isso, tomemos o seguinte exemplo apresentado por Vanderveken:

[...] Um locutor que está em uma posição de autoridade não deve implorar, mas sim comandar o interlocutor, caso ele queria realmente que esse faça alguma coisa. Por outro lado, ele deve suplicar quando o interlocutor é todo-poderoso e o que ele deseja é que esse poupe a vida de seu filho. [...] (VANDERVEKEN, 2001, p. 249, tradução nossa⁴⁵).

Por conseguinte, as línguas comuns são capazes de distinguir muitas forças ilocucionárias diretivas. Por exemplo, pedir, fazer uma pergunta, implorar, suplicar, convidar, ordenar, comandar, recomendar, e assim por diante, são atos ilocucionários diretivos com forças diferentes que são realizados sob diferentes condições. Como observamos no *Capítulo 1* do

⁴⁵ No original: “[...] *A speaker in a position of authority should not beg but rather command the hearer if he really wants him to do something. On the other hand, he should supplicate when the hearer is all-powerful and what he desires is that he spare the life of his children. [...]*”

presente trabalho, Searle e Vanderveken, visando analisar a forma lógica das forças ilocucionárias, aplicaram o método de decomposição das forças ilocucionárias a fim de identificar os seus componentes que são os sete seguintes: o objetivo ilocucionário, o grau de força do objetivo ilocucionário, o modo de atingir o objetivo ilocucionário, as condições sobre o conteúdo proposicional, as condições preparatórias, as condições de sinceridade e o grau de força das condições de sinceridade. Além disso, eles determinaram que duas forças ilocucionárias são idênticas quando têm os mesmos componentes. Em caso contrário, elas têm funções linguísticas diferentes.

De forma similar às forças ilocucionárias, os tipos de conversação que têm o mesmo objetivo discursivo podem desempenhar papéis diferentes no uso da linguagem. Acerca disso, Vanderveken exemplifica da seguinte maneira:

[...] Um sermão é uma deliberação bastante peremptória que serve principalmente para influenciar o comportamento de uma audiência. Um discurso de propaganda eleitoral é um sermão visando a eleição de um candidato. Por outro lado, uma negociação é uma deliberação em que os locutores agem em conjunto com o outro. As tentativas verbais de uma solução amistosa são negociações visando o fim de um conflito. [...] (VANDERVEKEN, 2001, p. 250, tradução nossa⁴⁶).

Logo, é notável que as linguagens comuns distinguem os diversos tipos de discurso deliberativo. Alguns exemplos dados por Vanderveken (Ibid., p. 250) de tipos de deliberações que são conduzidas sob diferentes condições são sermões, propaganda eleitoral, negociações, soluções amistosas, sessões de barganha, consultas etc.

A fim de analisar a forma lógica dos tipos de discurso, Vanderveken (Ibid., p. 250) irá proceder da mesma maneira que fez na lógica ilocucionária, isto é, utilizar o método analítico de decomposição. Além do objetivo discurso, ele identificou os seguintes outros componentes dos tipos de conversação que são providos de um objetivo discurso, a saber: o modo de atingir do objetivo discursivo, as condições temáticas, as condições de pano de fundo conversacional e as condições de sinceridade. De antemão, como era esperado, os componentes da conversação desempenham, na condução do discurso, um papel similar aos componentes da força correspondente, na realização de atos ilocucionários elementares.

⁴⁶ No original: “[...] *A sermon is a rather peremptory deliberation which serves principally to influence the behavior of an audience. A discourse of electoral propaganda is a sermon aiming at the election of a candidate. On the other hand, a negotiation is a deliberation where speakers act in concert with one other. Verbal attempts at a friendly settlement are negotiations aiming at the end of a conflict.* [...]”

Apresentamos a seguir alguns esclarecimentos feitos por Vanderveken (Ibid., p. 250-251)⁴⁷ acerca dos componentes das conversações.

I. *O modo de atingir do objetivo discursivo.* Muitos tipos de conversação têm um modo característico de atingir seu objetivo conversacional que requer o uso de certas significações ou uma maneira particular de conversar. Por exemplo, certos tipos de discurso têm um modo mais formal de atingir de seu objetivo discursivo tais como discursos de inaugurações, pedidos solenes de perdão, ultimatos, entre outros. Frequentemente, o modo de atingir de um discurso impõe uma certa sequência de atos de discurso. Acerca disso, Vanderveken apresenta os seguintes exemplos a fim de clarificar como determinadas sequências de atos de discurso são estabelecidas, em uma conversação ou discurso:

[...] A fim de que uma entrevista de emprego ocorra, é necessário que um entrevistador oficial faça perguntas a um candidato ao emprego para avaliar suas qualificações. Também é necessário que esse requerente tente responder com a intenção de demonstrar sua competência. Uma certa sequência de questões e respostas é então necessária para a implementação bem-sucedida de tais entrevistas. No caso da prova de teoremas pelo método axiomático, as restrições formais sobre as sequências de enunciações são muito fortes. Uma prova de um teorema em um sistema axiomático é uma sequência finita de enunciações. Qualquer enunciação na prova ou é um axioma ou é uma consequência imediata, por uma regra de inferência de enunciações que o precedem, na mesma sequência. E a última enunciação é uma formulação do teorema. (Ibid., p. 250, tradução nossa⁴⁸).

II. *As condições temáticas.* Alguns tipos de discurso impõem condições ao seu próprio tema. A deliberação de um júri (na ocasião de um julgamento, em um tribunal), por exemplo, deve decidir se a pessoa acusada é culpada ou inocente. As condições temáticas apropriadas de um tipo de discurso são relativas tanto às forças quanto aos conteúdos proposicionais dos atos ilocucionários que eles devem conter. Por exemplo, as deliberações de um júri devem dar um veredicto, e um julgamento no tribunal deve inocentar ou condenar o acusado. Como podemos observar, os objetivos discursivos determinam as condições temáticas relativas à

⁴⁷ Sigo aqui os comentários e definições dos componentes das conversações expressos por Vanderveken, em seu artigo *Illocutionary Logic and Discourse Typology*, em *Revue internationale de philosophie*, 2001.

⁴⁸ No original: “[...] *In order for a job interview to take place, it is necessary that an official interviewer ask a job applicant questions in order to evaluate his qualifications. It is also necessary that this applicant attempt to answer with the intention of demonstrating his competence. A certain sequence of questions and answers is then needed for the successful implementation of such interviews. In the case of the proof of theorems by the axiomatic method, the formal constraints on the sequences of utterances are very strong. A proof of a theorem in an axiomatic system is a finite sequence of utterances. Any utterance in the proof is either an axiom or it is an immediate consequence by a rule of inference of utterances that precede it in the same sequence. And the last utterance is a formulation of the theorem.*”

força. Na teoria de Vanderveken (Ibid., p. 252) qualquer conversação deve conter atos ilocucionários centrais, batizados por ele de *atos ilocucionários mestres*⁴⁹, com a direção de ajuste de seu objetivo discursivo. Tais condições temáticas são comuns à todas as conversações tendo esse objetivo. Outras condições temáticas são independentes do objetivo discursivo. Um noticiário, por exemplo, deve informar e anunciar novos eventos. Uma entrevista de emprego deve descrever a qualificação profissional do entrevistado.

III. *As condições de pano de fundo conversacional.* Como no caso dos atos ilocucionários, muitos tipos de discurso podem somente serem realizados de forma não defeituosa, quando as condições preparatórias são obtidas, no pano de fundo conversacional. Por exemplo, ao enviar suas condolências, os locutores pressupõem que algo ruim (um grande infortúnio) aconteceu com a pessoa a quem eles expressam simpatia. As condições preparatórias dos tipos de discurso determinam, em geral, um conjunto estruturado de pressuposições, frequentemente, relacionadas às formas de vida sociais do pano de fundo conversacional. O objetivo discursivo e o tema determinam certas condições sobre o pano de fundo conversacional. Qualquer discurso deliberativo tem as condições preparatórias de que os locutores e os interlocutores têm a capacidade de realizar os cursos de ação sobre os quais eles deliberam. Outras condições preparatórias são mais particulares. Uma consulta médica, por exemplo, tem a condição preparatória de que a pessoa consultada tem qualificações em medicina, ou seja, é competente para fazer a consulta.

IV. *As condições de sinceridade.* Como no caso dos atos ilocucionários, os discursos ou conversações requerem a expressão de estados mentais ou atitudes proposicionais por parte de seus locutores. A fim de trocar saudações, os locutores devem expressar cortesia ao reconhecerem a presença do outro, ao se encontrarem. A fim de vaiar, eles devem expressar, de forma coletiva, sentimentos desfavoráveis tais como escárnio, hostilidade e reprovação, em relação ao outro. Os protagonistas de um tipo de discurso são sinceros quando eles têm as atitudes que expressam. Na maioria das vezes, as atitudes proposicionais (estado intencional) a serem expressas são determinadas pelo objetivo conversacional, pelas

⁴⁹ De acordo com Vanderveken (2001, p. 252), a condução bem-sucedida de um discurso requer “somente a realização bem-sucedida (e, às vezes, também a felicidade) de certas intervenções e atos ilocucionários”, chamando-os de *atos de discurso mestres*. Na ocasião de uma das várias reuniões de trabalho, a professora Candida Melo esclareceu que quando um dos participantes de um discurso em curso não é pertinente ao tema, os agentes que participam desse discurso, devido à sua racionalidade mínima, entendem que essa intervenção não é relevante para a condução bem-sucedida do discurso. Portanto, o discurso não será totalmente feliz, mas isso não implica o seu fracasso.

condições temáticas e ou pelas condições sobre o pano de fundo conversacional. Por exemplo, os negociadores, em uma negociação de compra e venda, devem manifestar suas intenções de manter seus engajamentos recíprocos, em virtude do objetivo deliberativo que eles compartilham. Em soluções amistosas, os participantes devem expressar sua vontade de resolver o conflito (que eles têm em comum) sem animosidade (modo de atingir do objetivo discursivo). E no caso dos elogios fúnebres, os participantes devem expressar a crença de que a pessoa elogiada está morta (condições sobre o pano de fundo conversacional).

Tendo em vista o que foi apresentação acima, podemos observar que, na perspectiva de Vanderveken, não há outros tipos de componentes do discurso além dos cinco por ele identificados e explicados. Assim, segundo a lógica do discurso de Vanderveken (2001, p. 251), duas conversações são idênticas, quando elas têm os mesmos objetivos discursivos, os modos de atingir dos objetivos discursivos, as condições temáticas, as condições sobre o pano de fundo conversacional e as condições de sinceridade são as mesmas. Logo, elas desempenham exatamente o mesmo papel no uso da linguagem.

Após discorrer sobre a forma lógica de um tipo de conversação provida de um objetivo discursivo, prosseguiremos com a nossa exposição, analisando a tipologia das conversações providas de objetivos discursivos, segundo a taxonomia de Vanderveken.

3.3 A TIPOLOGIA DAS CONVERSAÇÕES PROVIDAS DE OBJETIVOS DISCURSIVOS

De acordo com Vanderveken (2001, p. 248), os analistas da conversação tendem a negligenciar os objetivos discursivos, em suas análises. Eles não distinguem claramente as conversações com objetivo discursivo apropriado das que não têm um. Além disso, esses analistas não levaram suficientemente em consideração o fato de que as conversações são, acima de tudo, ações providas de condições de sucesso⁵⁰. Eles não fazem a análise da estrutura das conversações de modo a contribuir para uma teoria apropriada do sucesso. Observa-se que muitos dos analistas distinguiram conversações boas de ruins de certos tipos de discurso, mas poucos tentaram esclarecer como as tentativas para conduzir os vários tipos

⁵⁰ Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema do sucesso e da sua análise na lógica do discurso, ver o artigo de VANDERVEKEN, D. *Illocutionary Logic and Discourse Typology*, publicado na *Revue internationale de philosophie*, 2001, 243-255. Sobre tudo ver a seção IV intitulada “*Analysis of success in the logic of discourse*”, p. 252-4.

de discurso podem ser satisfeitas ou não. Vanderveken (ver citação abaixo) menciona algumas abordagens que tentam explicar essa distinção:

[...] Assim, Sacks, Schegloff, Jefferson e outros da escola da análise da conversação têm analisado empiricamente os modelos recorrentes de interações verbais tais como as regras para fazer uma intervenção em qualquer conversação. Suas descrições não oferecem muita análise teórica do discurso. Alguns linguistas (Ducrot, Jucker, Atkinson e Drew) têm analisado conversações com um objetivo discursivo tais como as argumentações, as trocas linguísticas na Corte, as entrevistas de emprego, os noticiários, e aulas nas escolas. Os filósofos da linguagem têm estudado a natureza do discurso religioso e os filósofos da ciência a do discurso científico. Os lógicos têm estudado, na teoria da prova, a natureza das demonstrações matemáticas. Tais investigações são, infelizmente, muito restritas. Outros linguistas, psicólogos e lógicos têm adotado uma abordagem mais geral e analisado vários tipos de discurso. Por conseguinte, Petofi e Van Dijk usaram a gramática e a semântica do texto e os linguistas de Genebra o modelo hierárquico das trocas em sua análise do discurso. Os psicólogos de Nancy usaram a lógica ilocucionária a fim de estudar a intercompreensão. Hans Kamp e outros lógicos construíram uma teoria formal da representação do discurso. (Ibid., p. 248, tradução nossa⁵¹).

Na visão de Vanderveken, é preciso reforçar a abordagem teórica da conversação fazendo integrar a sintaxe lógica, a semântica e a pragmática dos enunciados e dos atos de discurso, dentro de uma teoria geral e formal do discurso, visando estudar a forma lógica e a função de todos os tipos de conversação com um objetivo discursivo apropriado. A fim de contribuir para os fundamentos de uma teoria geral do discurso, Vanderveken (Ibid., p. 248-252) apresenta os resultados de suas análises lógico-filosóficas sobre os discursos, a saber:

a) Acerca das unidades de uma conversação

De acordo com a abordagem⁵² dos linguistas da escola de Genebra, um discurso não deve ser dividido imediatamente em termos de sequências finitas de atos ilocucionários

⁵¹ No original: “[...] Thus Sacks, Schegloff, Jefferson and others of the school of analysis of conversation have empirically analyzed recurrent models of verbal interactions such as the rules for taking turn in any conversation. Their descriptions do not offer much theoretical analysis of discourse. Some linguists (Ducrot, Jucker, Atkinson and Drew) have analyzed conversations with a discursive purpose such as argumentations, linguistic exchanges in court, job interviews, newscasts and lessons at school. Philosophers of language have studied the nature of religious discourse and philosophers of science that of scientific discourse. Logicians have studied in proof theory the nature of mathematical demonstrations. Such investigations are unfortunately too restricted. Other linguists, psychologists and logicians have adopted a more general approach and analyzed various types of discourse. Thus, Petofi and Van Dijk used text grammar and semantics and linguists of Geneva the hierarchical model of exchanges in their analysis of discourse. Nancy psychologists used illocutionary logic in order to study intercomprehension. Hans Kamp and other logicians constructed a formal theory of discourse representation.”

⁵² Para uma discussão mais aprofundada, ver ROULET, E. *On the Structure of Conversation as Negotiation*, in SEARLE, J. R. et al. (Orgs.). *(On) Searle on Conversation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1992, p. 91-100.

individuais únicos que os locutores tentam realizar na condução do discurso, por meio de suas enunciações sucessivas. Porém, um discurso pode ser dividido em uma sequência finita de *intervenções* que são, frequentemente, *trocas* entre os locutores por meio das quais eles fazem apresentações, tomam posições, respondem em conjunto, argumentam e dão explicações, fazem comentários, chegam a conclusões, por exemplo. Segundo Vanderveken (Ibid., p. 249), as intervenções são as

[...] Unidades de discurso de nível superior, mais complexas do que atos ilocucionários individuais correspondentes a enunciações únicas. Elas são, geralmente, atos de discurso coletivos correspondentes a subsequências ordenadas de atos ilocucionários individuais. [...] (Ibid., p. 249, tradução nossa⁵³).

Como já foi observado (na seção 2.1 acima), Wittgenstein compara a condução de um discurso com a prática de um jogo. De maneira similar, um discurso completo como um noticiário, por exemplo, consiste em várias trocas linguísticas, incluindo a apresentação de novos eventos, entrevistas com personalidades e repórteres, fazem ilustrações e apresentam uma síntese em forma de conclusões.

Vanderveken defende a ideia de que as intervenções são atos de discurso⁵⁴. Entretanto, as intervenções são diferentes dos atos ilocucionários individuais auxiliares que as intervenções contêm, pois elas são atos de discurso de nível superior. Assim, constatando a necessidade de distinguir, na lógica do discurso, uma hierarquia de unidades estruturadas de diferentes níveis (isto é, as intervenções e os atos ilocucionários básicos), Vanderveken esclarece que:

[...] As intervenções têm uma função no discurso. Frequentemente, elas satisfazem o que Dascal chama de *demandas conversacionais*. Em um dado momento da conversação, os locutores compreendem que eles precisam argumentar, justificar-se, explicar ou esclarecer suas ideias, responder a enunciações prévias, fazer um compromisso, revisar sua posição, tomar uma decisão, empreender um novo desenvolvimento. Eles fazem uma intervenção com a intenção coletiva de atingir um objetivo discursivo, que pode ser diferente daquele de todo o seu discurso. Logo, em uma teoria científica, as intervenções como o prefácio, a introdução, a enunciação/afirmação de hipóteses, as demonstrações e as explicações têm o mesmo objetivo descritivo como a teoria em si. Entretanto, a definição da linguagem-objeto ideal da teoria e sua axiomatização são intervenções bastante declaratórias da teoria. Os agradecimentos de cientistas são intervenções

⁵³ No original: “[...] *Units of discourse of superior level, more complex than individual illocutionary acts corresponding to single utterances. They are generally collective speech acts corresponding to ordered subsequences of individual illocutionary acts.* [...]”

⁵⁴ Sobre isso, ver a resposta de Searle a D. Vanderveken em *Expanding the Speech Act Taxonomy to Discourse Reply to Vanderveken*, in *Revue Internationale de Philosophie*, vol. 55, nº 216 (2), 2001, p. 292-293, onde Searle concorda com Vanderveken sobre o fato de que as intervenções linguísticas são atos de discurso. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23955654>.

expressivas enquanto suas tentativas de convencer colegas a demonstrar conjecturas ou proceder a experimentos são deliberativas. O objetivo discursivo de muitas intervenções é interno aos seus tipos. No entanto, há intervenções cujo objetivo discursivo é variável. Tais são os atos de discurso *expositivos* de Austin. Os atos de começar, adicionar, ilustrar, responder, repetir, concluir e resumir não têm uma direção apropriada de ajuste. (Ibid., p. 249, tradução nossa⁵⁵).

Portanto, o tipo mais simples de discurso consiste em uma única intervenção e o tipo mais simples de intervenção consiste em um único ato ilocucionário (geralmente bastante complexo). Por exemplo, um policial pode relatar uma ofensa fazendo uma única descrição e ele pode fazer essa descrição em uma única asserção.

b) Acerca da estrutura formal do conjunto dos tipos de discurso possíveis

Com base no modelo da lógica ilocucionária (*Foundations of Illocutionary Logic*, 1985), Vanderveken (2001, p. 251-252) propõe realizar a seguinte definição recursiva do conjunto dos tipos possíveis de conversação, na lógica do discurso. Segundo sua taxonomia, há apenas quatro tipos de discurso primitivos, isto é, os tipos mais simples possíveis de conversação providas de um objetivo discursivo. Elas não têm nenhum modo particular de atingir seu objetivo discursivo, nenhuma condição temática, nenhuma condição sobre pano de fundo conversacional ou condições de sinceridade particulares. Na lógica do discurso de Vanderveken, tais tipos primitivos são: 1) o *tipo primitivo de descrição* que é comum a todos os discursos descritivos; 2) o *tipo primitivo de deliberação* que é comum a todos os discursos deliberativos; 3) o *tipo primitivo de declaração ou declaratório* que é comum a todos os discursos declaratórios; e 4) o *tipo primitivo de expressão ou expressivo* que é comum a todos os discursos expressivos. De acordo com Vanderveken, todos os outros tipos de discurso são mais complexos, pois eles são obtidos por um número finito de aplicações de certas operações booleanas que consistem em adicionar novos componentes a tipos de

⁵⁵ No original: “[...] *Interventions have a function in discourse. Often they satisfy what Dascal calls conversational demands. At a given moment in the conversation, speakers understand that they need to argue, to justify themselves, to explain or clarify their ideas, to reply to previous utterances, to make a compromise, to revise their position, make a decision, undertake a new development. They make an intervention with the collective intention of achieving a discursive goal, which can be different from that of their entire discourse. Thus in a scientific theory, interventions like the preface, the introduction, the statement of hypotheses, the demonstrations and the explanations have the same descriptive purpose as the theory itself. However, the definition of the ideal object language of the theory and its axiomatization are rather declaratory interventions of the theory. Acknowledgements of scientists are expressive interventions while their attempts at convincing colleagues to demonstrate conjectures or proceed to experiments are deliberative. The discursive goal of many interventions is internal to their types. However, there are interventions whose discursive purpose is variable. Such are Austin’s expositive speech acts. Acts of beginning, adding, illustrating, replying, repeating, concluding and summing up do not have a proper direction of fit.*”

discurso mais simples. Por conseguinte, novos tipos de discurso são obtidos ao impor a outros um modo especial de atingir seu objetivo discursivo. Por exemplo, o tipo de discurso de negociação tem um modo particular de atingir o seu objetivo deliberativo, que consiste no fato de que os negociadores devem se aconselhar juntos sobre como agir. De maneira similar, novos tipos de discurso são obtidos ao adicionar a outros condições temáticas, de pano de fundo conversacional e de sinceridade especiais. O tipo de discurso de barganha, por exemplo, tem uma condição temática a mais do que o tipo de discurso de uma negociação, pois uma barganha é uma negociação que trata da compra e venda de determinados bens. Como cada tipo de componente do discurso determina uma condição particular de sucesso, os tipos de discurso que têm mais componentes do que outros são mais fortes. Acerca disso, Vanderveken esclarece que:

[...] Não é possível conduzir com sucesso um tipo de conversação sobre um tópico, sem conduzir *eo ipso* todos os tipos mais fracos de conversação sobre esse tópico. Por conseguinte, qualquer negociação é uma deliberação. E as sessões de barganha, os acordos de paz e as tentativas de soluções amigáveis são negociações. (Ibid., p. 251-252, tradução nossa⁵⁶).

Após termos exposto e analisado as direções de ajuste e a sua relação com os objetivos discursivos, a forma lógica de um tipo de conversação ou discurso provido de um objetivo discursivo e, por último, a tipologia das conversações que possuem objetivos discursivos, constatamos que Vanderveken obteve êxito no seu projeto, pois não somente a elaboração de uma teoria e lógica geral formal das ilocuções de nível superior e estabeleceu os princípios que fundamentam a mesma, e assim fazendo enriqueceu a lógica dos atos ilocucionários de primeiro nível. Consequentemente, ele supera as dificuldades apresentadas por Searle e consegue sobrepor ao desafio, construindo uma teoria tão rica e rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários momentâneos, isolados e individuais.

Tendo em vista o que foi investigado e apresentado no presente capítulo e nos dois anteriores e, assim, concluindo o escopo da nossa investigação monográfica, prosseguiremos, finalmente, as considerações finais do presente trabalho.

⁵⁶ No original: “[...] *It is not possible to pursue with success a type of conversation on a topic without pursuing eo ipso all weaker types of conversation on that topic. Thus, any negotiation is a deliberation. And bargaining sessions, peace talks and attempts at friendly settlements are negotiations.*”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi apresentar uma análise e comparação entre as teorias que abordam os atos ilocucionários de primeiro nível e as ilocuções de segundo nível que constituem um tipo de discurso. Observamos que desde Austin (1962) até a década de 1990, a teoria dos atos de discurso consagrou-se ao estudo dos atos ilocucionários de primeiro nível. A teoria dos atos de discurso negligenciou a análise da estrutura dos discursos inteiros que os interlocutores conduzem por meio das conversações conjuntas. Além disso, Searle (1992), seguindo o segundo Wittgenstein (1958), expressou um certo ceticismo acerca da possibilidade de elaborar uma teoria dos discursos inteiros ou conversações que fosse tão rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível.

Sabendo que uma teoria que fosse capaz de analisar, de forma rigorosa, a estrutura lógica das sequências ordenadas de enunciações (que constituem as conversações) e que ela poderia, portanto, enriquecer a teoria dos atos de discurso e a lógica ilocucionária atuais, Vanderveken (2001) aceita o desafio de ultrapassar as dificuldades apontadas por ele e concebeu uma teoria geral formal dos discursos na virada do milênio. Nos seus textos de 2001, 2007, 2013 e 2019, sobretudo, Vanderveken elaborou uma teoria geral das conversações, e formulou os princípios fundamentais da tipologia dos discursos providos de objetivos discursivos. O seu principal objetivo era enriquecer a lógica ilocucionária assim como contribuir para os fundamentos da lógica do discurso, a partir da análise da estrutura lógica das conversações.

A fim de expor o desenvolvimento da teoria geral do discurso proposta por Vanderveken, tivemos que abordar, no capítulo 1, a teoria dos atos ilocucionários e as principais características que a tornam uma teoria tão rigorosa. Além disso, ele analisa a forma lógica e as condições de felicidade dos atos ilocucionários isolados, que são realizados por meio do uso de enunciados ou sentenças, em contextos individuais de enunciação.

No capítulo 2, foi aventado as críticas que constituem o ceticismo de Searle (1992), acerca da possibilidade de elaborar uma teoria geral dos discursos tão rigorosa quanto a teoria dos atos ilocucionários, além de expor as principais dificuldades para que um tal projeto fosse realizado.

No capítulo 3, foi apresentado a teoria geral dos discursos proposta por Vanderveken. Para tanto, tivemos que observar como ele procedeu para contribuir aos fundamentos da lógica do discurso, enriquecendo, portanto, a lógica ilocucionária já desenvolvida por ele e Searle (1985).

Acreditamos que a relevância do presente trabalho se mostra pela contribuição teórica que a teoria geral dos discursos traz para a teoria dos atos de discursos, especialmente, a teoria dos atos ilocucionários de primeiro nível, e também pelo enriquecimento da lógica ilocucionária. Vanderveken desenvolveu uma teoria que aborda as ilocuções de nível superior, as conversações ou discursos inteiros com um objetivo puramente linguístico. Além disso, foi realizada uma exposição do paralelismo que há entre: 1) os objetivos ilocucionários e os objetivos discursivos; 2) as direções de ajuste das atos ilocucionários e as direções de ajuste dos discursos providos de um objetivo discursivo; 3) as atitudes proposicionais individuais expressas por ambos locutores e interlocutores quando realizam ilocuções isoladas (de primeiro nível) e as atitudes comuns ou coletivas (de nível superior) que os protagonistas das conversações (locutores e os interlocutores) expressam quando contribuem (por meio das suas intervenções) no decurso das conversações ou discursos (que contêm atos ilocucionários de diferentes tipos e níveis). Além de analisar a forma lógica das forças ilocucionárias e da estrutura das conversações, por meio da decomposição de seus vários componentes, ele explica quais são as condições de sucesso que devem ser preenchidas pelos protagonistas a fim de conduzirem discursos bem-sucedidos.

Em suma, a análise da teoria dos atos de discurso, realizada no presente trabalho, mostrou que para Searle e Vanderveken as unidades básicas da comunicação humana são os atos ilocucionários de primeiro nível como as asserções, as promessas, as ordens, as declarações, as saudações etc. Além disso, mostrou que teoria dos atos de discurso fundamenta a teoria da pragmática geral do discurso, desenvolvida recentemente por Vanderveken, que trata dos atos ilocucionários (ilocuções) de segundo nível, batizados por ele de *intervenções discursivas* ou *conversações*. Essas ilocuções de nível superior são discursos inteiros constituídos por vários componentes lógicos e são realizados, em princípio, por mais de um locutor. Vanderveken (2001, 2007, 2013) mostrou, pelo seu êxito na realização de seu aparelho teórico, que tanto o segundo Wittgenstein e depois Searle estavam equivocados ao pressupor que uma teoria da pragmática formal do discurso seria impossível. Ele estendeu a teoria dos atos de discurso, enriqueceu a lógica ilocucionária e contribuiu para os fundamentos da lógica do discurso ao sobrepor o ceticismo compartilhado por Searle e Wittgenstein. Vale observar, no entanto, que Vanderveken concorda com Wittgenstein e Searle sobre a ideia de que seria impossível realizar um aparelho teórico-formal capaz de analisar todas as conversações humanas, nos contextos possíveis discurso. Assim, sua teoria da pragmática formal do discurso trata somente das conversações (ou

intervenções discursivas) que têm uma estrutura lógica bem determinada e são providas de um objetivo discursivo (linguístico) apropriado às circunstâncias no qual o discurso ocorre.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **Philosophical Papers**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- AUSTIN, J. L. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- ANSCOMBE, G. E. M. **Intention**. Oxford: Blackwell, 1957.
- ARRUDA JÚNIOR, G. F. **10 lições sobre Wittgenstein**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- DASCAL, M. On the Pragmatic Structure of Conversation. In SEARLE, J. R. *et al.* (Orgs.). **(On) Searle on Conversation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1992, p. 35-56.
- DESCARTES, R. As paixões da alma. **Os pensadores: Descartes**. Trad. J. Guinsburg e B. P. Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- GRICE, P. Meaning. **Philosophical Review**. vol. 66, n° 3, p. 377-388, 1957.
- GRICE, P. **Studies in the Way of Words**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1991.
- HABERMAS, J. **Verdade e justificação: Ensaio filosófico**. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- JACQUES, F. **L'espace logique de l'interlocution**. Paris: Presses universitaires de France, 1985.
- MELO, C. J. S. Possible Directions of Fit between Mind, Language and the World. In VANDERVEKEN, D. & KUBO, S. (orgs.). **Essays in Speech Act Theory**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins publishing company, 2001, p. 109-117.
- MELO, C. J. S. **Le rôle de l'intentionnalité dans la pensée conceptuelle**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Université du Québec à Montréal. Montréal, novembro de 2006.
- ROULET, E. On the Structure of Conversation as Negotiation, In SEARLE, J. R. *et al.* (Orgs.). **(On) Searle on Conversation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1992, p. 91-100.
- RUSSELL, B. **An Inquiry into Meaning and Truth**. London: Routledge, 1980.
- SEARLE, J. R. A Taxonomy of Illocutionary Acts. In GUNDERSON, K. (org.). **Language, Mind, and Knowledge**. vol. VII. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975.

- SEARLE, J. R. Conversation. In SEARLE, J. R. *et al.* (Orgs.). **(On) Searle on Conversation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1992, p. 7-29.
- SEARLE, J. R. Conversation Reconsidered. In SEARLE, J. R. *et al.* (Orgs.). **(On) Searle on Conversation**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1992, p. 137-147.
- SEARLE, J. R. The Background of Meaning. In SEARLE, J. R. *et al.* (Orgs.). **Speech Act Theory and Pragmatics**. Dordrecht: D. Reidel, 1980, p. 221-232.
- SEARLE, J. R. Expanding the Speech Act Taxonomy to Discourse Reply to Vanderveken. **Revue internationale de philosophie**. vol. 55, n° 216 (2), p. 292-293, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23955654>. Acesso em 05 de dezembro de 2022.
- SEARLE, J. R. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SEARLE, J. R. **Os actos de fala: Um ensaio de Filosofia da Linguagem**. Trad. Carlos Vogt; *et al.* Coimbra: Livraria Almedina, 1981.
- SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SEARLE, J. R. **Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- SEARLE, J. R. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. **The Philosophical Review**, vol. 77, n° 4, 1968, p. 405-424.
- SEARLE, J. R. **Expression and Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SEARLE, J. R.; VANDERVEKEN, D. Introdução à teoria dos atos de discurso. Trad. Candida Jaci de Sousa Melo. **Reflexões**, Fortaleza, n° 18, p. 255-279, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistareflexoes.com.br/revistas/revista-reflexoes-de-filosofia-ano-10-no-18-de-junho-a-julho-de-2021/>. Acesso em: 19 de abr. 2021.
- SEARLE, J. R.; VANDERVEKEN, D. **Foundations of Illocutionary Logic**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 1985.
- SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: Communication and cognition**. Oxford: Blackwell, 1986/1995.
- VANDERVEKEN, D. Towards a Formal Pragmatics of Discourse. **International Review of Pragmatics**. vol. 5, n° 1, p. 34-69, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/18773109-13050102>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.
- VANDERVEKEN, D. Illocutionary Logic and Discourse Typology. **Revue internationale de philosophie**. vol. 55, n° 216 (2), p. 243-255, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23955646>. Acesso em 5 de agosto de 2022.

VANDERVEKEN, D. Principes de pragmatique formelle du discours. **Revue Philosophiques**. vol. 34, n° 2, p. 229-258, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/015880ar>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

VANDERVEKEN, D. **Meaning and Speech Acts: Volume I – Principles of Language Use**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1990.

VANDERVEKEN, D. What is an illocutionary force?. In M. Dascal (org.), **Dialogue and Interdisciplinary Study**. Amsterdam: Benjamins, 1985.

VANDERVEKEN, D.; MELO, C. J. S. On the Intrinsic Intentional Nature of Illocutionary Acts. **Studies in Language and Literature**. vol. 38, p. 59-91, 2018.

VANDERVEKEN, D. Atos ilocucionários e discursos jurídicos, em português. **Aufklärung**. vol. 6, n° 2. João Pessoa: 2019, p. 11-46.

WITTGENSTEIN, L. **Tratado lógico-filosófico: Investigações filosóficas**. 6 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2015.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. London: Routledge & Kegan Paul, 1961.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1958.

WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. **Os Pensadores: Wittgenstein**. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1975.